



**MARÍLIA EDUARDO DA SILVA**

**REPRESENTATIVIDADE QUILOMBOLA E UNIVERSIDADE: A INCLUSÃO EM  
QUESTÃO**

**LAVRAS-MG**

**2021**

**MARÍLIA EDUARDO DA SILVA**

**REPRESENTATIVIDADE QUILOMBOLA E UNIVERSIDADE: A INCLUSÃO EM  
QUESTÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Vanderlei Barbosa

Orientador

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva

Coorientador

**LAVRAS-MG**

**2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha  
Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados  
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Silva, Marília Eduardo da.  
Representatividade quilombola e  
universidade: a inclusão em questão / Marília  
Eduardo da Silva. - 2021.  
83 p. : il.

Orientador(a): Vanderlei Barbosa.  
Coorientador(a): José Bento Rosa da Silva.  
Dissertação (mestrado profissional) -  
Universidade Federal de Lavras, 2021.  
Bibliografia.

1. Quilombolas. 2. Inclusão. 3. Ensino  
Superior. I. Barbosa, Vanderlei. II. Silva, José  
Bento Rosa da. III. Título.

**MARÍLIA EDUARDO DA SILVA**

**REPRESENTATIVIDADE QUILOMBOLA NA UNIVERSIDADE: A INCLUSÃO EM  
QUESTÃO**

**QUILOMBOLA REPRESENTATIVITY AND UNIVERSITY: THE INCLUSION IN  
QUESTION**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 24 de FEVEREIRO de 2021

Dr. Vanderlei Barbosa - UFLA

Dr. José Bento Rosa da Silva - UFPE

Dr. Luiz Fernando de Oliveira - CEFET

Dr. Regilson Maciel Borges - UFLA



Prof. Dr. Vanderlei Barbosa

Orientador



Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva

Coorientador

**LAVRAS-MG**

**2021**

A Deus pelo dom da vida e aos meus ancestrais pela identidade e liberdade!

Dedico

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, minha fortaleza, minha base, minha força de todas as horas, meu caminho nos momentos difíceis, nos momentos de fraqueza.

Ao meu esposo, Dionísio, pelo companheirismo, compreensão, apoio em todos os momentos, e aos meus filhos, Rafael e Samuel, pela paciência, abdicção, amor incondicional e total torcida.

Aos meus pais, Albertina (in memoriam) e José Eduardo (in memoriam), por toda educação e sacrifício. Mesmo não estando mais neste plano, seus ensinamentos e valores fizeram a mim e meus irmãos pessoas do bem.

Aos meus irmãos: Marilda, Edimilson, Ademilson e Edson, que são o meu alicerce, e meus incentivadores.

A todos da minha família que contribuíram direta ou indiretamente durante todo o processo.

Aos amigos que nos últimos anos têm perseverado comigo nesta caminhada e acompanhando minha trajetória individual e acadêmica.

Ao grupo de estudos MOSAICO, pelas discussões e aprendizado.

Aos membros do grupo APA, em especial ao meu amigo Tiago, por tamanha contribuição para a pesquisa.

À Universidade Federal de Lavras, especialmente ao Departamento de Educação, pela oportunidade.

À Coordenação do Mestrado em Educação e seu colegiado pela oportunidade de participar como representante discente.

Aos professores Luiz Fernando de Oliveira e Regilson Maciel Borges que se prontificaram na participação como membros das bancas de qualificação e defesa.

Ao professor Vanderlei Barbosa, pela orientação, paciência, ensinamentos e disponibilidade em me ajudar.

Ao professor José Bento Rosa da Silva, pelas discussões teóricas, pela indicação de leituras e por aceitar participar como coorientador.

A todos os docentes, colegas de mestrado e funcionários do DED/UFLA.

A todos os moradores do Quilombo Nossa Senhora do Rosário que me receberam com tanta humildade, gentileza e disponibilidade.

Ao quilombola Luan Donizeti Elias, pelo aceite em contribuir com a pesquisa, total atenção, desprendimento e humildade.

Aos muitos moradores da cidade de Três Pontas que contatei ao longo de todo o processo.

Ao senhor Paulo Costa Campos, por suas grandes contribuições para este estudo.

A todos, que contribuíram de alguma forma para esta pesquisa e para a minha formação.

Gratidão!

*A educação é a arma mais poderosa para mudar  
o mundo!*

*Nelson Mandela*



## RESUMO

Este trabalho se constituiu a partir das preocupações com a população negra, mais precisamente das discussões sobre a oportunidade de acesso dos quilombolas à universidade. Portanto, o objetivo deste estudo é demonstrar a inserção dos quilombolas até o ensino superior, a partir da especificidade de seu contexto histórico. Nesse sentido, a trajetória de quilombolas, nascidos no Quilombo Nossa Senhora do Rosário, no município de Três Pontas-MG, é a base deste trabalho. A abordagem para o desenvolvimento deste trabalho foi feita através de um estudo de caso. As observações sobre a formação e o conceito de quilombo complementam os levantamentos sobre esses temas históricos e suas especificidades. Percebemos que, mesmo com Políticas Públicas e Leis de Acesso, ainda existem lacunas com as questões da educação em nosso país, exigindo mais estudos, reflexões e ações mais cuidadosas. A população negra tem sido historicamente afetada pela falta de equilíbrio de tratamento, e os quilombolas representam um grupo esquecido e negligenciado. Discussões, reflexões sobre a representatividade quilombola nas universidades são fundamentais para proporcionar a esses temas uma real inclusão na sociedade e de forma universal. Os desafios, acertos e fracassos das políticas públicas de educação nos levam a saber como seria a realidade dos quilombolas, que, dos poucos estudos encontrados sobre o assunto, o índice de representatividade desses sujeitos nesses espaços ainda é muito tímido. Os conceitos teóricos que embasam a pesquisa partem de um conjunto de autores que tratam do tema: História dos quilombos em Minas Gerais, Territorialidade Negra e Cidadania Negra no Brasil, Relações étnico-raciais.

**Palavras-chave:** Quilombolas. Representatividade. Inclusão. Ensino Superior

## ABSTRACT

This work was constituted from the concerns about the black population, more precisely from the discussions about the opportunity for quilombolas to access the university. Therefore, the objective of this study is to demonstrate the insertion of quilombolas until higher education, based on the specificity of their historical context. In this sense, the trajectories of quilombolas, born in Quilombo Nossa Senhora do Rosário, in the city of Três Pontas-MG, is the basis of this work. The approach to the development of this work was done through a case study. The observations on formation and the concept of quilombo complement the surveys on these historical subjects and their specificities. We realized that, even with Public Policies and Access Laws, there are still gaps with the issues of education in our country, requiring more studies, reflections and more careful actions. The black population has historically been affected by the lack of balance of treatment, and quilombolas represent a forgotten and neglected group. Discussions, reflections on quilombola representativeness in universities are fundamental to provide these subjects with real inclusion in society and in a universal way. The challenges, successes and failures of public education policies lead us to know what the reality of quilombolas would be like, that, of the few studies found on the subject, the index of representativeness of these subjects in these spaces is still very timid. The theoretical concepts that support the research come from a set of authors that deal with the theme: History of quilombos in Minas Gerais, Black Territoriality and Black Citizenship in Brazil, Ethnic-racial relations.

**Keywords:** Quilombolas. Representativeness. Inclusion. University education

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Igreja Nossa Senhora do Rosário localizada no quilombo .....	33
Figura 2 - Escola Municipal Maria José Vieira de Mendonça .....	35
Figura 3 - Rua principal de entrada do Quilombo Nossa Senhora do Rosário.....	36
Figura 4 - Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu e CEMEI Professora Maria da Glória Moreira Campos.....	37

## LISTA DE SIGLAS

ADCT Ato das Disposições Constitucionais Transitórias  
APA Área de Proteção Ambiental  
CEMEI Centro Municipal de Educação Infantil  
CF/88 Constituição Federal de 1988  
CNE/CEB Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica  
CONAQ Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas  
CPF Cadastro de Pessoa Física  
EBC Empresa Brasil de Comunicação  
EJA Educação de Jovens e Adultos  
ENEM Exame Nacional do Ensino Médio  
FIES Fundo de Financiamento Estudantil  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
LDB Lei de Diretrizes e Bases  
MG Minas Gerais  
MOSAICO Movimento, Sabedoria, Ideias e Comunhão  
NUER Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas  
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAD *Contínua* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios *Contínua*  
PPGE Programa de Pós Graduação em Educação  
PROUNI Programa Universidade para Todos  
RG Registro Geral  
SEPPIR Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
TCC Trabalho de Conclusão de Curso  
UFBA Universidade Federal da Bahia  
UFLA Universidade Federal de Lavras  
UFPE Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1 REPRESENTATIVIDADE QUILOMBOLA E UNIVERSIDADE: À GUIA DE INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 As primeiras motivações .....	13
1.2 A escolha do sujeito da Pesquisa.....	20
1.3. Conceitos Teóricos .....	23
1.3.1 Quilombo Nossa Senhora do Rosário: histórias e memórias .....	26
1.4 Percurso Metodológico.....	30
1.4.1 A busca pela Pesquisa.....	30
<b>2 ANOTAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE QUILOMBO .....</b>	<b>41</b>
2.1 Sobre a origem e o conceito de Quilombo .....	42
2.2 Perspectivas quilombolas na realidade brasileira .....	49
<b>3 DO QUILOMBO À UNIVERSIDADE: um estudo de caso .....</b>	<b>55</b>
3.1 Identidade e representatividade quilombola .....	56
3.2 Educação Superior: a inclusão em questão.....	62
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>5 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>
<b>6 ANEXOS .....</b>	<b>74</b>

## 1 REPRESENTATIVIDADE QUILOMBOLA E UNIVERSIDADE: À GUIA DE INTRODUÇÃO

É? Confesso, desde já, a minha profunda admiração por brasileiros negros. Digo isso sem intenção de conduzir a reflexão ao campo dos estudos raciais com o qual tenho poucas afinidades. Cada pessoa negra com qual me cruzo no Brasil representa para mim um documento da resiliência humana e da persistência africana na adversidade (SILVA, 2012, p.17)

Como evidencia a epígrafe acima, a importância de admitir um Brasil africanizado e multirracial é aceitar a contribuição da população negra para o desenvolvimento do país em sua multiplicidade étnica. Silva (2012) nos adverte que para entender o Brasil é preciso conhecer o Continente Africano, sua cultura ampliada, ou em outros momentos como a institucionalizada prática da escravidão.

No histórico brasileiro há um apagamento das memórias daqueles que vieram da África pelo sistema do comércio de escravos. A luta por um resgate e reconhecimento histórico e uma inserção política e universal são temas da atualidade. Neste sentido, quando cruzamos com um negro no Brasil, recolhendo os lixos, servindo café entre outros tantos serviços que são representativos a população afrodescendente não nos damos conta de que para um “negro”, desde o seu nascimento esta imposição social já é algo herdado.

O Brasil africanizado representa de maneira evidente as marcas de um povo que aqui chegou arrancado de suas terras, de suas raízes para servirem de escravos. Muitos pagaram com suas vidas pelos caminhos do tráfico negreiro. Dos que sobreviveram e aqui chegaram, suas gerações carregam ainda na cor da pele, na condição social, no silêncio, nas resistências todas as adversidades de ser negro; ou seja, descendente de escravizados vindo da África.

Como mulher negra e diante do (re)conhecimento de minhas raízes históricas, estas indagações levaram-me a compor este trabalho em busca de encontrar respostas para questões que muitas vezes fui motivada a ignorar por um sentimento de “aceitação”. Essa imposição velada acompanha-me desde que nasci. Assim fui educada.

Desse modo, por intermédio dessa pesquisa, influenciada por toda minha trajetória pessoal e educacional, coloco todo o meu conhecimento e (re)conhecimento como mulher negra para demonstrar os sucessos e insucessos na trajetória educacional dos estudantes quilombolas.

Por esse motivo, decidi enfrentar o desafio de apresentar esse estudo referente ao cenário destes descendentes de escravizados, apresentar a importância de compreender suas histórias e memórias e refletir sobre o tema universidade e sociedade. Dessa maneira, a pesquisa destina-se a demonstrar a inserção de quilombolas no ensino superior, tendo como

abordagem um estudo de caso que que amparou esta pesquisa na busca de demonstrar a trajetória de acesso no ensino superior dos estudantes do Quilombo Nossa Senhora do Rosário e servirá de espelho para apontar de maneira mais extensa outras realidades existentes. Este estudo iniciado no mês de março do ano de 2019 sofreu modificações durante o percurso até sua finalização devido à pandemia do coronavírus.

Neste sentido, para cumprir os objetivos traçados, o trabalho foi dividido em 3 momentos:

No primeiro momento Apresentação da Pesquisa;

No segundo momento Anotações sobre o conceito de quilombo

No terceiro momento Do quilombo à universidade: um estudo de caso. Por fim a apresentação das considerações a partir dos objetivos apresentados.

### 1.1 As primeiras motivações

Ao iniciar um diálogo sobre as motivações dessa pesquisa, não pude conter uma citação para mim muito impactante: “Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas (SOUSA, 1983. p. 17, 18)”. Como aludido pela autora, saber-se negro, resulta muitas vezes em um alto custo emocional porque, em sua maioria, vem a ser realizado da resistência à negação, do massacre à identidade original.

É nas palavras de Souza que motivo a dar início a este texto para apresentaras motivações que resultaram nesse trabalho, que em suma, brotam da minha história em que o “saber-se negra” foi se construindo junto a minha trajetória. Poderia aqui abordar vários cotidianos de negros com histórias de discriminação, de uma desigualdade social, contudo tomei a mim a tarefa de falar do meu lugar como mulher, negra, universitária e por meio do meu relato, buscar entender sobre a realidade dos quilombolas, como sujeitos que são uma extensão do nosso olhar sobre a realidade crítica, social e educacional dos negros no Brasil e da divisão de oportunidades.

As primeiras motivações para a pesquisa deram-se meados do curso de Pedagogia, quando pesquisei sobre sucessos e insucessos de políticas públicas, encontrei a publicação de Barros (2018), no qual demonstrou que: “Menos de 5% dos brasileiros filhos de pais que nunca foram à escola concluem o ensino superior”. A pesquisa em questão foi para a construção de um portfólio no curso de graduação e quando deparei-me com esta afirmação, recordei da minha história e de toda a minha caminhada educacional e despertei para o fato de

que a oportunidade havia chegado até a mim, mas não era a realidade de tantos outros brasileiros.

Acompanhada de meus pensamentos, atravessava a madrugada, mas minhas inquietações ainda persistiam ao pensar que minha mãe, meu pai, tantos outros que passaram pela minha vida morreram excluídos do direito da educação, não tiveram o direito de frequentar uma escola.

Meu pai por toda sua existência trabalhou em locais e serviços que até os dias atuais são destinados aos de pouca “instrução”. Nos seus registros na carteira de trabalho, a maioria consta como trabalhador rural. Como conversava a pouco tempo com meu irmão observando sua assinatura é difícil conter as lágrimas ao saber que ele era analfabeto e foi ensinado a copiar o próprio nome. Ele foi um exemplo de tantas outras histórias de quem nunca teve acesso à educação, mas para fins burocráticos foram ensinados a copiar o nome. Minha mãe também era analfabeta e com muita dificuldade assinava o nome, às vezes faltava uma letra, não tinha uma sequência natural entre uma sílaba e outra.

De repente, faltam-me as palavras!

Sobre o analfabetismo no Brasil, o país ainda sofre com este déficit educacional que atinge milhões de pessoas. No ano de 2018, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), apontou o índice de 6,8% como taxa de analfabetismo no Brasil, porém dados sobre a educação mostram que os maiores desafios são as desigualdades regionais e raciais presentes. O estudo apontou que apenas 3,9% das pessoas brancas são analfabetas, enquanto, a população preta ou parda é de 9,1% analfabetos (GARCIA, 2019).

Em outro momento da graduação, retomei às lembranças da minha trajetória educacional como durante uma disciplina intitulada Introdução à Metodologia Científica, ofertada mais ou menos no final do 4º período, fizemos um portfólio sobre nossa trajetória educacional. Para mim foi um trabalho complicado e desafiador, pois a intenção era resgatar e organizar de forma documental a trajetória educacional dos discentes da Pedagogia, porém, a escola onde fui alfabetizada já não existia e eu não possuía nenhum registro além do meu histórico.

Sem muitos recursos, mas comprometida a cumprir o trabalho, busquei informações por meio de questionamentos aos meus irmãos.

Diante de algumas pistas, enviei mensagem via *e-mail* à secretaria da educação da minha cidade natal, lugar onde conclui toda a alfabetização. Com os retornos surgiram alguns



frutos e, em uma madrugada, o horário mais propício para estudos pelo fato de trabalhar o dia todo e com obrigações com meus dois filhos, olhando todas as informações levantadas, memórias foram se revelando. O coração acelerou! De repente fui arrebatada por uma estranha e atormentada tristeza e procurei, imediatamente por alguém que amenizasse aquela sensação. Meu irmão estava online, comprometido com seus estudos e do outro lado da tela trouxe à tona fatos esquecidos, cada palavra digitada, o coração apertava, a garganta secava e o ar ia se esvaindo...

De repente o barulho da mensagem, talvez as palavras mais duras que tenha lido, mas as que realmente mudariam por completo o conceito da minha identidade daquele momento em diante.

Meu irmão resgatou da memória e me contava detalhes do falecimento da minha mãe. Foi em um dia que foram buscar os documentos dela e não foram encontrados. Ao abrir a porta, era madrugada, quando nossa amiga Maria batia a procurar por meu pai com a triste notícia. Perguntou pelo RG e CPF da minha mãe para dar seguimento aos trâmites do funeral. Infelizmente ela não tinha.

Nessa mesma data tivemos que nos apresentar para que fossem providenciados e emitidos os documentos e também neste mesmo dia deram baixa nesses documentos. O dia 14 de novembro de 1995, foi o único dia em que minha mãe foi uma cidadã de direito!? Sem palavras... impotência é o único sentimento!!

Dos trâmites do ocorrido da documentação não participei e não me recordava muito bem. Mas, recordo que toda vez que tinha eleição perguntava para minha mãe o porquê não votar. Ela sempre dava respostas vazias e, pela criação que tivemos, não a contestava.

Diante disso, posso afirmar que minha mãe não foi uma eleitora, nunca recebeu um benefício, nunca tirou uma carteira de trabalho, pela vergonha de ir a um departamento público e não conseguir assinar o próprio nome. Com o tempo, pela autodefesa de se excluir da sociedade, foi se apagando, sendo apagada como muitos que sobrevivem ainda nos dias atuais nessas condições, invisíveis aos governantes e ao governo.

Diante deste fato, abandonei a escola aos 15 anos, sem terminar o Ensino Fundamental II. Na época, estudava à noite e trabalhava durante o dia como empregada doméstica.

Todavia, desde criança, meus pais diziam “a gente tem que saber **o lugar da gente**” (grifo da autora).

Entre 5 irmãos, eu era a mais nova. Na comunidade rural onde nascemos havia uma escola de educação infantil e nela fui alfabetizada, como relatei, só restaram as memórias. A escola era nos fundos da igreja. Um ambiente em que uma entidade religiosa e uma

educacional se fundiam em uma única estrutura. Essa estrutura era composta por parquinho, refeitório, bosque, salas enfeitadas. O caminho até a escola era entre árvores e bosques e atravessávamos as pontes que, hoje vejo que eram perigosas. No entanto, a entrada em um caminho de flores e um lindo jardim fazia esquecer todo percurso e o cansaço.

Quando penso onde e como comecei a me entender como negra, lembro-me de algumas recordações na escola, nos anos iniciais.

Quando enfim fui inserida na escola, aconteciam certas coisas que não conseguia explicar, como por exemplo, quando era rejeitada por certos colegas na hora de dar as mãos, sentar-se na mesma carteira e fazer trabalhos. Nunca vivera isso em casa ou na vizinhança!

Nos primeiros anos de escolaridade, as experiências com os trabalhos de “para casa” me marcaram muito, pois percebia que meu pai e minha mãe não conseguiam me auxiliar. Muitas das vezes levavam atividades escolares “para casa”, minha mãe, que sempre foi trabalhadora do lar, quando pedia uma ajuda, ou fazia muitas perguntas como qualquer criança curiosa e despertada com o novo mundo das letras, ela sempre se esquivava e dizia ter muitos afazeres. Meu pai era registrado como trabalhador rural, mas trabalhava como ensacador e minha mãe dizia que ele tinha que descansar porque o trabalho dele era muito pesado. Além do trabalho fixo, ele fazia muitas barganhas porque criava porcos, plantava verduras, inclusive escambava por todos os arredores da Fazenda Boa Vista; incluindo o quilombo de onde carrego várias lembranças.

Aos poucos compreendi que deveria sanar todas as minhas dúvidas na escola, com meus irmãos ou deveria aprender sozinha. A inspiração para a profissão docente talvez tenha começado já na infância pela ambição e a necessidade de aprender.

Mesmo com todos os percalços, sentia-me privilegiada, pois a comunidade em que nós nascemos foi um lugar que recebeu diversas pessoas de todos os lugares do país em busca de uma melhor condição de vida.

A Usina Boa Vista, que tinha como principal produto a cana-de-açúcar e foi um marco de desenvolvimento para a cidade de Três Pontas-MG, tinha diversas colônias onde nasceram e cresceram gerações inteiras. Nos anos 90 decretou falência e atualmente, das casas e de todas as memórias dos moradores, só restam lembranças.

O lugar atualmente é propriedade particular e, após expressivas mudanças, tornou-se um lugar de passeios de fins de semana.

No período de falência da Usina Boa Vista, já não morávamos na comunidade, pois nos mudamos para a zona urbana de Três Pontas no ano de 1989. Foi um momento muito difícil, em todos os aspectos. Antes vivíamos em um lugar que apesar de ser zona rural, tinha

de tudo: armazém, farmácia, igreja, escola, posto de gasolina e até os vizinhos que traziam roupas e acessórios da cidade.

Já na cidade, aos 9 anos de idade, comecei a trabalhar em contraturno à escola para ajudar nas despesas de casa. Foi nesse momento que comecei a entender sobre minha condição social e a perceber a desigualdade a nossa volta. Doméstica, trabalhadora rural, balconista, faxineira, babá foram algumas das funções a mim destinadas desde quando ainda era criança. Algumas dessas funções não registradas por ter começado ainda menor de idade, outras é possível constatar.

Essa perpetuação com privação de oportunidades é visível em nossa descendência familiar: minha mãe era trabalhadora do lar e antes foi empregada doméstica. Todas as irmãs da minha mãe também foram domésticas. A família do meu pai também não é diferente, perpetuando um histórico de poucos que tiveram a oportunidade de uma educação superior. Os exemplos relatados são amostras dos desafios enfrentados por gerações de descendentes de escravizados, por negros que carregam muitas vezes uma imposição de falta de oportunidades, privações de direitos, de educação e de oportunidades.

Hoje compreendo a afirmação “o lugar da gente” fazia parte de uma educação já herdada, uma imposição de aceitação ensinada ainda criança, e no qual não entendia por estar ainda em processo de formação de identidade. Neste sentido, meu entendimento era que havia uma hierarquia social com o qual deveria me familiarizar ou estar em conformidade.

Todos os fatos aqui relatados me fizeram buscar o entendimento dos porquês dessas violações e privações de direitos evidenciados com frequência entre os membros dos mesmos grupos, classes sociais, etnias. Sobre esta questão, cabe um desabafo: *Às vezes me pego a pensar porque que não sigo os conselhos de tantas pessoas que me dizem que estou velha demais pra querer estudar, que deveria cuidar dos meus filhos... Penso que, passei inúmeros fins de semana a estudar, noites e madrugadas como esta do dia 03 de Julho de 2020, exatas 02 horas e 21 minutos da manhã. Ainda em processo seletivo do mestrado, em Agosto de 2019 que, como sempre teve seus desafios, perguntaram o porquê de eu fazer o Mestrado, a pessoa em questão ainda perguntou: logo você? Pra quê quer fazer Mestrado?*

Pois bem! Logo eu?

O negro tem como base para sua formação social os muitos massacres vividos, como nos apontou Sousa (1983), a formação da identidade negra muitas vezes são os frutos das experiências vividas e impostas pela sociedade.

Portanto, desde os primeiros anos da educação básica até o ensino superior frequentei escolas públicas, incluindo os últimos anos do ensino médio na Educação de Jovens e Adultos

(EJA). Abandonei os estudos aos 15 anos e retomei em 2003, aos 23 anos. Com a maternidade, abandonei por mais um período e mesmo passados muitos anos fora da sala de aula, estudei em casa para prestar vestibular e/ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em 2012, após a avaliação do ENEM fiquei excedente em uma vaga de Licenciatura em Matemática. Em 2013 fiz vestibular para Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e passei. Minha tão sonhada vaga na graduação chegou!

O ingresso no mundo acadêmico deu-se no ano de 2014, nas vagas destinadas a cotistas. O acesso estava garantido, a permanência foi mais uma fase de diversas provações e a adaptação foi um desafio à parte, juntamente com a rotina de mãe, esposa e profissional.

Após todo este caminho percorrido, principalmente após a experiência acadêmica, sinto a necessidade da representatividade coletiva. Quando reconhecemos nossa própria história e passamos por um processo de auto (re)conhecimento, não há como não se envolver com as transformações sociais, culturais e políticas. Não há como florescer sem cuidar das raízes, nem seguir em frente sem cuidar do seus.

Neste sentido, o desafio para os negros e descendentes de escravizados já desperta com a própria afirmação da identidade, pois a sociedade organizada se movimenta em direções opostas à história dos negros no Brasil.

Deste modo, os argumentos que amparam este estudo se manifestam por meio de encontros com as identidades históricas que marcaram as trajetórias dos negros, textos bibliográficos, relatos e memórias vivas. Neste sentido remeto minhas profundas considerações ao termo da multiplicidade, pois falar de um caso específico dos estudantes quilombolas é também falar da Marília negra, estudante, é falar também de outros negros, de todos nós!

Quando questionada ou em apresentação, digo sou negra! Há quem se espante e reforce, não! Você é morena! Mulata! Parda! E, esse tipo de comentário na infância sempre me deixava confusa e de certa forma entristecida. Entre apelidos e apontamentos, ficava a pensar que como não tinha traços que me identificassem no grupo dos brancos e também para muitos não era negra. A que grupo então eu pertencia?

Para Santos *et al.* (2010) “O termo raça tem uma variedade de definições geralmente utilizadas para descrever um grupo de pessoas que compartilham certas características morfológicas (SANTOS *et al.*, 2010, p.122)”. Os autores apontam que o conhecimento de raça se dá por termos não científicos, que pode ter significado biológico quando o sujeito apresenta características homogêneas, como cor da pele, estrutura de cabelo, formato do nariz. Santos *et al.* (2010) reforça que historicamente vem da palavra etnia difere de raça, e

historicamente vem do conceito de “gentio”, e apresenta a identidade do sujeito resumida a sua religião, territorialidade, nacionalidade e aparência física.

Segundo Munanga (2006, p. 52), “sabemos que, o conteúdo de raça é social e político”. Porém o autor afirma que, o Brasil é um país que nasceu na junção de culturas e civilizações, e que em nosso país o problema não está na classificação da raça, e sim no racismo que desumaniza, hierarquiza e justifica atos discriminatórios.

Munanga, em entrevista concedida ao Canal Educa<sup>1</sup>, afirmou que “no Brasil há racismo, mas não há racistas”. Em suas palavras o autor afirmou que em nosso país o racismo é um crime velado, escondido e que muitas vezes ficam impunes. Para combater este problema, afirma que a cura primeiramente está na identidade. Ressalta que esta formação de identidade muitas vezes imposta pela cor da pele, emergem sentimentos de reclusão, conformismo, aceitação ou até mesmo a negação absoluta. Mas que a promoção e a identidade aliada ao reconhecimento de grupos que lutam para conquistar os mesmos direitos, que se mobilizam pela mesma causa, podem surtir grandes efeitos social e politicamente.

Munanga (2019), afirma que a absoluta negação e este ideal implícito de homogeneidade é fruto da mestiçagem e da forma de branqueamento dos negros.

Em virtude de que muitos viveram e morreram na ingenuidade de uma vida e socialização imposta e silenciosa, faço considerações às memórias de meus pais, meus avós e tantas outras pessoas que tiveram suas histórias de sofrimento, resistências, suor e lágrimas. Afloram emoções ao conhecer tantas histórias de vidas marcadas, feridas abertas, marcas deixadas pelas memórias de nossos antepassados que parecem gritar sobre as linhas de um tempo que não passou. É neste sentido que reafirmo que este trabalho nasceu da vontade de demonstrar a realidade do quilombo e dos sujeitos quilombolas no qual me identifico com suas lutas, suas trajetórias e desafios em busca da dignidade perante a sociedade.

As reflexões que acompanham a abordagem deste tema está em apontar possíveis resultados na perspectiva de também de desconstruir conceitos e preconceitos estabelecidos como verdades frente a um histórico de desigualdades para aqueles que também são cidadãos de direitos. Elucidando a tantos negros são submetidos ao buscar por uma melhor visibilidade social, quando conseguimos esta inserção é que sentimos nitidamente que vivemos em uma sociedade ainda com sistemas hierarquizados. Para tanto, retomo a pergunta a mim feita quando decidi fazer a Pós-graduação: *Logo você? Para que quer fazer Mestrado?*

---

<sup>1</sup> Kabengele Munanga foi entrevistado em uma *live* no Canal Educa, organizado por Paulo Gabriel, no dia 10 de Junho de 2020. (GABRIEL, Paulo. Caminhos para uma educação antirracista. Canal tudo educa. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ihQxsZvbNH8>>. Acesso em jun. 2020.

Tomada pela minha história de inclusão educacional nos espaços acadêmicos e passando por todas as dificuldades de uma pesquisadora, especialmente em tempos pandêmicos é inevitável a comoção em mim provocada por esta temática, mas conseqüentemente carregada de muitos saberes e grandes aprendizados.

Certamente fazer parte de 5% de filhos de analfabetos que conseguem se inserir no ensino superior não é motivo de comemoração, mas sim de reflexão sobre os problemas que afetam os descendentes de escravizados seja no âmbito social, educacional, econômico e profissional. Nesta perspectiva este trabalho tem a intenção de buscar respostas sobre os motivos pelos quais é tímida representatividade daqueles que nasceram nos quilombos em vários espaços.

## 1.2 A escolha do sujeito da Pesquisa

No início deste trabalho em primeiras palavras busquei apresentar as primeiras motivações para constituição deste estudo, passando por minha trajetória até chegar ao sujeito da pesquisa. Não por acaso, a escolha do quilombo vem de encontro as memórias de quando visitava a comunidade na infância e a realidade daquelas pessoas que me marcaram completamente. Lembro-me das casas de pau a pique, as ruas de terra, as crianças de pés no chão. As crianças em especial me marcaram ainda mais pois não esqueço de seus olhares, seus pés descalços e a forma como ficavam desconfiadas com pessoas estranhas a transitar na comunidade.

Em campos acadêmicos sempre foi minha intenção direcionar meus estudos a população quilombola, que só foi possível com a inserção ao Mestrado.

O propósito de evidenciar essas discussões sobre a população quilombola neste trabalho, é demonstrar a realidade educacional deste grupo a partir de suas trajetórias e refletir sobre a atual realidade entre universidade e sociedade.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo analisar a inserção de estudantes quilombolas do Quilombo Nossa Senhora do Rosário ao ensino superior, apresentando a especificidade de suas representações enquanto sujeitos sociais e os desafios enfrentados até o acesso a um espaço acadêmico, que foi feito à partir da abordagem de um estudo de caso.

Após algumas visitas ao Quilombo Nossa Senhora do Rosário no ano 2019 e início de 2020, o planejamento era entrevistar até dez quilombolas, mas devido a pandemia Luan Donizeti Elias foi quem aceitou responder a pesquisa à distância por meios de uso tecnológicos. Luan nasceu no quilombo, tem 25 anos, formado em Administração e vem de uma família de 4 irmãos.

A população quilombola representa um grande grupo desses oprimidos, como indica Fundação Cultural Palmares (2016), foram identificadas 3.524 comunidades quilombolas no Brasil que podem chegar a cinco mil. Esses quilombos estão localizados em quase todos os estados brasileiros. Mas a associação do desaparecimento dos quilombos com o fim do sistema escravista é algo que ainda vive no imaginário popular. Nesse contexto, os quilombolas lutam para alcançar seus direitos e o reconhecimento de suas origens. Justifica-se esse estudo pelas poucas investigações encontradas sobre a representatividade dos quilombolas em espaços de educação superior, para refletir sobre a dignidade social destes sujeitos que representam as memórias vivas das injustiças acometidas contra a população negra no Brasil.

Nessa perspectiva este trabalho destina-se também ao entendimento das ações transformadoras dos sujeitos a partir de suas realidades, nesse sentido, para realização deste trabalho optamos pelo uso do conceito “sujeito”.

Entendemos que o sujeito se constitui em suas práticas e não só na construção da sua identidade individual, mas também vislumbra uma conexão com a coletividade, como coloca Wautier (2001, p. 41) que o sujeito “é resistência ao desmembramento próprio: num ‘duplo desprendimento’, seja em relação ao modelo social dominante, seja em relação à comunidade quando instrumentalizada em vista do controle e da dominação”. O sujeito é uma percepção e reconstrução da história que, por meio de suas experiências como um ser social, modifica a si e aos outros por intermédio da promoção destes seres e de seus ensinamentos e conhecimentos partilhados que nos tornamos humanos e históricos. Aprendizes da nossa realidade e mestres de nossas vivências. Sujeitos em constante aprendizagem e transformação.

A esfera social e suas relações são fundamentais para a organização interpessoal dos sujeitos. É no contexto das relações sociais que a constituição dos sujeitos acontece, por intervenções das interações e das vivências.

Portanto, para entendermos sobre as perspectivas de determinados sujeitos socialmente constituídos é necessário que se resguarde suas histórias e memórias.

Por isso, perante o quadro social dos grupos que representam as das minorias e que são os mais afetados como discutimos sobre igualdade de direitos, os estímulos para demonstrar as trajetórias educacionais dos descendentes de escravizados, representando essa minoria, constitui um caminho que não pode ser esquecido. No entanto, cabe estabelecer novos questionamentos se essas políticas se as políticas públicas e afirmativas estão contribuindo efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e de equidade.

Azevedo (2013) aponta em seu artigo que os princípios básicos da igualdade e equidade são fundamentais para a edificação da sociedade. Ambas constituem valores voltados para a justiça social, promoção a cidadania e solidariedade. A este respeito, o autor toma como base as escolas públicas brasileiras, afirma ter um tratamento igualitário, destacando que “Nesse caso, para serem justas e igualitárias, para alcançar com unitariedade e qualidade o conjunto da população, as escolas públicas precisariam receber ainda mais atenção, mais recursos, melhores professores e melhor estrutura (AZEVEDO, 2013, p.142)”.

Como evidenciado, quando aprofundamos um pouco sobre os estudos da divisão de oportunidades em espaços educacionais, lugar em que está concentrada a maior diversidade de sujeitos sociais em formação, o que lemos e ouvimos é um sentimento de preocupação.

Porém, podemos ressaltar, como no estudo de Ferreira (2019) sobre mulheres negras e cotistas inseridas nos cursos de graduação da UFLA, evidenciando que as inserções se concentram principalmente em cursos de Licenciatura.

Nos ambientes educacionais é onde percebemos uma maior sensibilidade da representatividade efetiva dos negros em formação, principalmente quando avançamos esta pesquisa para cursos mais disputados, mestrados e doutorados.

Em virtude das memórias de subordinação deixadas pelo sistema escravista, os que sobrevivem nos quilombos sofrem os maiores prejuízos perante o preconceito existente. Como pude perceber conversando no quilombo, muitos não gostam de ser chamados de quilombolas, ou não querem ter esta identificação. Um peso histórico-sociocultural.

Mas é de suma importância dizer que a pesquisa que se refere à inserção dos quilombolas no ensino superior, não exclui discussões há outros grupos e diversidades existentes. Nas relações cotidianas, nos espaços acadêmicos e em toda a sociedade, ainda há diversas demandas por um tratamento de equidade. Falar sobre uma minoria é compreender não só o que acontece em campos educacionais, mas também refletir sobre a realidade de toda uma estrutura da nossa sociedade e divisão de oportunidades que pouco mudou desde o Período Colonial em nosso país.

A história da educação e a sociedade brasileira passaram por diversas transformações que afloraram debates sobre a população negra e a pouca representatividade destes sujeitos nos ambientes acadêmicos.

Desta forma, por meio das lutas e reivindicações, o movimento negro tem visto nos últimos tempos algumas conquistas para este grupo que desde os primórdios foram privados de muitos direitos.



Apresentar as dificuldades enfrentadas por estudantes quilombolas por meio de suas trajetórias até o acesso ao ensino superior é ilustrar a permanência da invisibilidade sociocultural já vivida na história de seus antepassados. Mostrar a realidade destes sujeitos é oportunizar reflexões em relação ao histórico brasileiro, nossa sociedade na atualidade e como é tratada esta divisão de oportunidades nas camadas sociais existentes.

Diante das razões apresentadas, as inquietações se dão a partir da realidade educacional dos quilombolas, foi escolhido como o centro das investigações o Quilombo Nossa Senhora do Rosário que pretende responder as seguintes questões: quem são os quilombolas do Quilombo Nossa Senhora do Rosário que conseguiram se inserir no ensino superior? Em suas trajetórias, o que eles descrevem sobre as dificuldades enfrentadas.

Um dos principais desafios já nos primeiros contatos foi o fato da pesquisa abordar como quilombolas os sujeitos da pesquisa. Diante desta afirmação foi nítida a rejeição de muitos moradores por não aceitarem esta identificação. Por outro lado, vemos várias lacunas no que diz respeito ao processo de formação da população negra no Brasil, com falta de conhecimento de suas origens e informações desconstruídas, o que contribui para esta realidade.

No entanto os efeitos e marcas deixadas pelo sistema escravista permanecem na vida dos negros que já nascem rotulados pela cor da pele ou pela condição social.

Por isso, ao falar de direitos, não há como retroagir quanto aos direitos negados e oportunidades perdidas, em um discurso dito democrático de uma sociedade marcada por uma supremacia branca, que impõe ao negro que sua condição social e/ou educacional seja medida pela falta de esforços, como muitos defendem.

A forma de tratamento de desigualdades que não superamos traçou a trajetória e a história de muitos que lutam por uma única oportunidade. Assim como a rotulagem, que é imposta desde o nascimento, impede muitas vezes que o negro e/ou afrodescendente estabeleça suas escolhas e suas vivências em uma batalha, uma luta para conquistar seu lugar na sociedade.

Dessa forma, a sociedade brasileira não conseguiu sanar os danos deixados por mais de três séculos de tráfico humano e de direitos negados aos negros, consiste na importância de se compreender a subjetividade que impossibilita uma real inclusão dos negros em seu processo social, cultural e educacional.

### 1.3. Conceitos Teóricos

Para Leite (2000), ao longo do tempo foram muitas as manifestações com o intuito de apagar as memórias dos negros e que inclusive a miscigenação tenha sido a que mais contribuiu para este efeito de diminuir a possibilidade de ascensão dos descendentes de escravos na sociedade. O efeito homogeneizador surtiu dificultando o discernimento entre a divisão e a organização das políticas dos negros, dos ditos “de cor”. A autora ainda complementa que:

[...] “ser negro”, reconhecer-se como tal, dependeu portanto, de um amplo entendimento desta identidade social, pautada quase sempre na ambiguidade e cuja construção esteve em permanente mudança e reelaboração (LEITE, 2000, p. 343.)

Sabemos que atualmente o processo de identificação e definição do sujeito depende não só da forma de classificação, mas também de priorizar vínculos de valores e lutas compartilhadas. Isso pode ocasionar uma revisão nas próprias concepções que antes eram enraizadas.

Sobre este aspecto, Ilka (2000), traz uma reflexão sobre como são essas classificações sociais do “negro” durante toda sua história no Brasil, em especial do século XIX para o XX, partir dos movimentos e das lutas deste grupo, assim como o significado de “quilombola”, “afrodescendente” e “preto” nos dá uma indicação de um grupo que, apesar dos acontecimentos, se mantém unido e persistindo através do tempo, deixando para trás a condição subalterna do negro escravizado.

Para Munanga, mais que um reconhecimento de superioridade das classes dominantes ou disseminação das diferenças, todos deveriam ter o mesmo papel social,

[...]um conjunto de indivíduos, homens e mulheres, que desempenham praticamente o mesmo papel no circuito da produção econômica no modelo capitalista que é o “nosso”. Assim tem-se a classe rica ou burguesa, que, diz-se, é dona dos meios de produção (capital, terra, máquinas, etc.). É praticamente, ela que comanda; a classe média e a classe pobre, que como os próprios nomes indicam, têm papéis diferenciados no circuito produtivo. As relações entre as três classes são permeadas pelos sentimentos de superioridade e inferioridade decorrentes dos preconceitos existentes entre elas (MUNANGA, 2010, p.343 a 347.)

Como referido pelo autor, as questões das diferenças e do domínio social são encaradas como algo do passado, mas as lutas da contemporaneidade, a distribuição de riquezas, acesso ao ensino entre outros fatores que determinam os lugares dos sujeitos na sociedade dão sinais de que a divisão social é um assunto presente e atual.

Os embates que são históricos não dão garantia de que todos lutem pelos mesmos direitos, ou falem a mesma língua, como reforça Leite (2000), corroborando com Munanga

(2010), ambos afirmam que a universalidade de luta dos direitos humanos que tem como particularidade a luta pelas diferenças, criando a barreira de integração de grupos e outra barreira ideológica fundamentada, o resultado será o diálogo entre surdos.

Neste sentido, as discussões antropológicas sobre esses embates entre sujeitos sociais apontam para a forma estruturada da sociedade, privilegiando algumas classes e/ou indivíduos.

Cabe salientar que a conquista de direitos pelos negros como cidadãos é uma realidade recente pelo histórico de nosso país. Após o acontecimento da Abolição de 1888, somente na Constituinte 1988 o negro foi citado em um documento institucional e formalizado como cidadão de direito. Mesmo com a tão sonhada liberdade os negros continuaram sem direitos, sem identidade. A nossa sociedade necessita de reflexão sobre a divergência entre os direitos e os sujeitos sociais, promovendo uma educação e uma formação pela diversidade. Sobre este aspecto, Munanga apresenta a importância do porquê ensinar a história da África e do negro no Brasil na atualidade e adverte que:

Na contramão da globalização neoliberal homogeneizante que quer arrastar todos os povos para o mesmo fosso, ocorre paralelamente em todo o mundo o debate sobre a preservação da diversidade como uma das riquezas da humanidade (MUNANGA, 2015. p. 22)

O autor ressalta que a questão do negro no Brasil é colocada e apoiada sobre os impactos do tráfico negreiro e o sistema escravista no qual os negros permanecem em uma população que ocupam posições socioeconomicamente frágeis. Também é de suma importância evidenciar os poucos estudos sobre a educação dos negros e/ou a falta deste direito antes do período abolicionista.

Veiga (2008, p. 503) reitera sobre “A escolarização de negros e mestiços ao longo do século XIX, poucos estudos foram realizados de maneira que dessem visibilidade a uma outra possibilidade de vida dos afrodescendentes que não associada ao mundo da escravidão ou da marginalidade”. Contudo, é pela educação que conseguimos transformar as realidades, mesmo sendo elas impostas. Porém, nas instituições escolares, mais precisamente do ensino superior, observamos que os negros se concentram em sua minoria, revelando uma projeção do histórico da educação brasileira. E quando associamos a esse grupo de graduandos a identidade quilombola, essa constatação fica mais evidente, principalmente ao revelar as histórias e trajetórias desses sujeitos.

Diante do exposto, o que podemos constatar sobre o sistema escravista é que os negros, mesmo libertos, não conseguiram se inserir como cidadãos na sociedade. Os recém-

libertos não tinham condições de acesso social ou meios de promover a própria sustentabilidade. O resultado é que na atualidade os negros estão concentrados nas mais baixas camadas sociais e muitas vezes privados de gozar de direitos como a educação, a saúde, a moradia e entre outros.

As inquietações sobre as marcas deixadas pelas mazelas da escravidão refletem sobre cicatrizes abertas de uma história ainda viva em nossa sociedade. Mesmo com o passar dos anos e a conquista da dita liberdade, os negros não conseguiram vivenciar estas relações de inserção social. Nesse sentido, busca-se refletir sobre as ações que possam dar mais possibilidades aos negros, como sujeitos de direito sem ferir suas raízes, suas culturas e memórias. Há necessidade de mais esforços que viabilizem a desconstrução de preceitos de *status* que colocam os negros e afrodescendentes como candidatos ao insucesso. Dessa forma há necessidade de mais práticas e intervenções, estudos e reflexões que dialoguem sobre a pouca representatividade dos quilombolas no ensino superior.

### 1.3.1 Quilombo Nossa Senhora do Rosário: histórias e memórias

É imprescindível remeter-se ao histórico do Quilombo Nossa Senhora do Rosário e lembrar que este nome dado a esta comunidade aponta aos santos padroeiros que a igreja católica criou para os escravizados assim como São Benedito, Santa Efigênia, entre outros que são considerados os santos dos pretos. Brandão (1981) relata em seu livro “A Festa do Santo de Preto”, no qual estudou sobre as festividades da Nossa Senhora do Rosário da cidade de Catalão, Goiás, que os rituais que permanecem vivos nesta cidade e em outras diferentes cidades traduzem momentos de um mesmo projeto: a presença de negros nos sistemas, as práticas do catolicismo popular, as manifestações de crenças etc. No entanto, é sabido que diversas estratégias e ações foram feitas para que a população negra e suas culturas fossem esquecidas, diminuídas ou até mesmo apagadas da sociedade, mas sem sucesso! Ganhamos várias outras nomenclaturas de “raças”, ou cor de pele, como moreno, mulato, pardo..., mas, o negro vive! Vive no subúrbio, na favela, na periferia, no morro, no quilombo, sobrevive! Entretanto, a história dos negros em terras brasileiras começou nas fazendas onde se escravizavam os vindos de África e seus descendentes e depois foi no quilombo que os negros se fortaleceram em uma prática de democracia e liberdade.

Foi dessa forma que os negros escravizados nos arredores da cidade de Três Pontas-MG começaram a traçar o histórico do Quilombo Nossa Senhora do Rosário como nos mostra primeiramente Eduardo Galeano, no livro *As Veias Abertas da América Latina*, em que se lê

“Não passaria muito tempo para que o capitão Bartolomeu Bueno do Prado regressasse do Rio das Mortes com seus troféus da vitória contra uma nova sublevação de escravos. Trazia três mil e novecentos pares de orelhas nos alforjes dos cavalos (GALEANO, 1999, p. 60)”.

Galeano, no capítulo: “O arco-íris é a rota do retorno à Guiné”, constituiu uma explanação sobre a explosão de revoltas de escravizados na América, dessa forma, as escritas evidenciam um parâmetro das batalhas nas comunidades quilombolas do Brasil no século XVII, por meio de expedições organizadas por colonizadores para destruir e acabar com os quilombos existentes no Brasil.

Para compreender os estudos de Galeano, iremos conduzir o texto fazendo uma análise sobre o personagem principal deste genocídio Bartolomeu Bueno do Prado, que ficou marcado no histórico mineiro pelo seu desempenho como capitão do mato. Sua trajetória cruzar-se-á com o contexto do histórico do Quilombo Nossa Senhora do Rosário e os ataques a este quilombo no século XVII. Buscando por identificar as memórias dos quilombolas nascentes deste quilombo, reportamos ao “Dicionário Histórico e Geográfico de Três Pontas”, do historiador Paulo Costa Campos, em que o autor descreve a identidade de Bartolomeu Bueno do Prado, afirmando que: “Era o mais temido capitão do mato, com grande experiência no combate aos quilombos. Nomeado ‘Governador-Comandante que vai para o do Campo Grande e mais sertões a destruir os quilombos de negros fugidos...’ pela Câmara da vila de São João Del Rei, em 20 de junho de 1759, a fim de destruir os quilombos do Campo Grande CAMPOS, 2004, pg.28, 29)”. O capitão do mato era responsável pela captura dos negros fugidos em troca de recompensas.

Gomes Freire então governador de Minas, contrata Bartolomeu Bueno Prado e Diogo Bueno Prado para combater os quilombos do Campo Grande. Os serviços prestados por Bartolomeu Bueno do Prado acabaram com 11 povoações quilombolas.

O temido capitão do mato, com sua fama de rei dos negros fugidos conseguiu desempenhar tão vangloriosamente a sua disciplina na guerra contra os quilombos que se ostentou vitorioso, apresentando *três mil e novecentos pares de orelhas* dos negros quilombolas mortos em quilombos de Minas Gerais (grifo meu). Cada cabeça de quilombola morto tinha o valor de 6 oitavas de ouro e Bartolomeu Bueno do Prado recebera, portanto, pelas três mil e novecentas cabeças 23.400 oitavas, ou 83 kg de ouro (MARTINS, 2015).

A historiografia do Quilombo Nossa Senhora do Rosário perpassa pela trajetória do mais famoso e temido capitão do mato, como referido por Campos (2004). Partimos então a saber da relação de Bartolomeu Bueno do Prado com a comunidade Nossa Senhora do Rosário.

Uma das evidências destes fatos apontadas por Paulo Costa Campos seria o “Mapa da Confederação quilombola do Campo Grande” de 1760, que seria o caminho das vilas dos quilombos do Campo Grande, às margens do Rio Grande em Minas Gerais, encontrado no livro de Tarcísio José Martins, intitulado “Quilombo do Campo Grande: A história de Minas que se devolve ao povo” de 2018, e foi desenhado pelo Capitão Antônio Francisco França logo após o ataque ao Quilombo do Cascalho, uma das vilas do Campo Grande. Martins (2018) relata que a tropa parou para descansar e se recompor no desabitado lugar que antes já tinha aniquilado o Quilombo da Boa Vista e ali seria o local onde foi feito o mapa para orientação dos quilombos existentes no Campo Grande.

Neste sentido, conseguimos identificar o ataque às vilas do Campo Grande no período de 1760, que teve como resultado três mil e novecentos pares de orelhas de quilombolas apresentadas por Bartolomeu Bueno do Prado. O resultado desta expedição ficou marcado e registrado como um dos maiores homicídios de negros em quilombos no Brasil, se não o maior.

Diante disso, Bartolomeu Bueno do Prado fora aclamado como o maior exterminador de negros quilombolas do século XVII, constatamos nos estudos de Martins (2018), Galeano (1999) e Campos (2004).

Com efeito, os estudos de Martins (2018) e Campos (2004) apontam que o Quilombo do Campo Grande fora o maior quilombo em Minas Gerais que abrigou várias vilas com povoações quilombolas no século XVII e foram centros dos ataques das expedições colonialistas. Entre as mais de duas dezenas de vilas citadas pelos autores, o Quilombo do Quebra-pé e do Cascalho, ambos encontrados nos arredores da cidade de Três Pontas, pertenciam ao Quilombo do Campo Grande. Ainda, no mapa de Antônio Francisco França de 1760, o Quilombo do Quebra-pé, hoje identificado como Nossa Senhora do Rosário, encontra-se entre o Ribeirão das Araras e Rio Verde.

As constatações de Martins (2018), as expedições de 1760 que resultou no ataque ao então quilombo do Quebra-pé, as tropas encontraram casas despovoadas, acendendo inquietações de quê com a aproximação da expedição, a população de quilombolas teria se evadido.

Ainda nas terras de Três Pontas, havia o Quilombo do Cascalho, Martins descreve desta maneira: “O Cascalho, situado na encosta Sul da serra das Três Pontas, talvez tenha sido extinto entre 1743 e 1746, na carta de sesmaria, concedida a Luiz Corrêa (V) há referência explícita a este quilombo (MARTINS, 2018, p.441)”.

Dessa maneira, Martins (2015) afirma que no ano de 1743, o então governador de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, ordenou que tropas atacassem os quilombos de Godum, das Trombucas, do Quebra-pé e o da Boa Vista e que este Cascalho estaria nos caminhos da expedição. Após este primeiro ataque, os quilombolas se reagruparam e conseguiram prosperar.

Como evidenciado acima, o então Quilombo do Quebra-pé, como apontou nos estudos de Campos (2004) e Martins (2018), o histórico dos acervos mineiros apontam que este quilombo tenha sido rota do genocídio da expedição de 1743/1746. Diante do exposto, há indícios de que outros dois quilombos próximos à Serra de Três Pontas também tenham sido extintos.

A partir dos levantamentos obtidos, reforça-se a tese de que a origem do Quilombo Nossa Senhora do Rosário tenha acontecido entre 1740, anterior à primeira batalha de 1743/1746, data do primeiro ataque organizado ao Quilombo do Campo Grande e que também destruiu o Quilombo do Quebra-pé. Após este ataque, os negros teriam se restabelecido e voltado a viver no quilombo. Desta forma, a histografia indica para o fato de que o Quilombo Nossa Senhora do Rosário fora uma das vilas do Quilombo do Campo Grande.

No entanto, após gerações, o quilombo passou por diversas transformações. Para explanar sobre as muitas transformações que fizeram parte do histórico à que a comunidade passou ao longo dos anos, Martins (2018) esclarece que após ser chamado Quilombo do Quebra-pé, logo após foi apelidado de Quilombo das Araras. O autor também mostrou que no mapa dos arraiais de Três Pontas, o distrito Martinho Campos (Pontalete) aparece como sendo o nome da comunidade, omitindo o título de Quilombo, cujas nascentes ainda foram identificadas próximas à Fazenda Santa Maria.

Sobre este aspecto, Senhor Paulo Costa Campos e demais moradores afirmaram que por algum tempo o Quilombo fora chamado Martinho Campos, sendo considerado distrito do Pontalete, há pouco tempo conseguiram a constatação do nome Quilombo Nossa Senhora do Rosário e sua dependência como distrito de Três Pontas.

A partir dos levantamentos obtidos, vemos que a particularidade do Quilombo Nossa Senhora do Rosário, suas histórias e memórias são únicas. Neste sentido, busca-se pelo (re)conhecimento destes sujeitos históricos como comprovação da história e memória de seus antepassados e o acesso integral destes sujeitos na sociedade, em especial nos espaços educacionais.

## 1.4 Percurso Metodológico

Quando iniciei a pesquisa em 2019, a conduta da pesquisa com possibilidades de encontros presenciais, entrevistas e acessibilidade através de investigação empírica uniu este estudo a abordagem de um estudo de caso.

Para Sarmiento (2011), o estudo de caso contempla “diferentes abordagens e correntes teóricas e que, ademais, as diferentes práticas investigativas concretas envolvam paradigmas epistemológicos e perspectivas metodológicas bem distintas (SARMENTO, 2011, p.1)”. A escolha deste método deu-se pela especificidade da escolha dos sujeitos que em seu contexto social são únicos.

Para o alcance dos objetivos propostos, foi feito um roteiro que iniciou por levantamentos bibliográficos. A partir de levantamentos das bases teóricas, o seguinte passo foi encontrar evidências sobre o conceito e a formação dos quilombos e, em especial, o Quilombo Nossa Senhora do Rosário. Com o resultado do levantamento, seguimos para o encontro dos estudantes quilombolas. Após contato com os possíveis estudantes quilombolas, a aproximação para agendamento de uma conversa foi o próximo passo. Estes encontros aconteceram presencialmente e posteriormente os contatos só foram possíveis por meios tecnológicos por consequência do distanciamento social em virtude da pandemia pelo coronavírus. A participação deu-se voluntariamente e, por consequência, foram várias tentativas e contatos e uma entrevista concretizada.

### 1.4.1 A busca pela Pesquisa

Como mencionado, as motivações para este trabalho surgiram quando eu ainda era discente do curso de Pedagogia, ao constatar que fazia parte de uma pequena porcentagem de filhos de pais de analfabetos que ingressaram na educação superior e a partir deste processo, as inquietações voltaram-se para saber que, além de negros filhos de analfabetos, existe uma minoria, que vive esquecida aos olhos do Estado e da sociedade.

Fazer com que essas histórias sejam contadas e transformadas em futuras reflexões é motivação para mudar não só a realidade dos estudantes quilombolas, mas trazer reflexões a partir da realidade da população negra que vive invisível e ainda é muito injustiçada na sociedade.



Neste sentido, o caminho percorrido para a pesquisa iniciou-se no primeiro semestre de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Durante a graduação em Pedagogia tive contato com algumas obras que demonstravam as questões dos negros no Brasil esta experiência com alguns autores já me instigava sobre as muitas lacunas e questões estruturais que deixavam os negros em lugar de menor representatividade na sociedade. Dessa maneira, é inevitável ponderar que toda pesquisa traz desafios. Mas, desde o início do desenvolvimento deste estudo ficou evidente que mostrar a realidade social e/ou dar visibilidade a um problema historicamente marcado, verdadeiramente não seria uma simples trajetória e sim mais um marco no reconhecimento da minha identidade e das minhas raízes.

A escolha pelo Quilombo Nossa Senhora do Rosário é um resgate as minhas raízes, minhas lembranças da infância quando o escambo ainda era uma prática e circulávamos pelas rurícolas e o quilombo era uma das rotas escolhidas.

Os primeiros contatos para encontrar os estudantes quilombolas vieram por intermédio da minha sobrinha, moradora da cidade de Três Pontas, que me colocou em conversa com uma adolescente moradora da comunidade. Tivemos algumas conversas, mas após algum tempo ela já não respondia minhas mensagens.

Logo após, conversei com o secretário da cultura da cidade, por meio de telefone e do aplicativo *whatsapp*. O secretário me apresentou alguns áudios que fizera em pesquisa pessoal sobre o quilombo. Senhor Paulo Costa Campos, historiador da cidade foi quem concedera a entrevista ao secretário, que o chamou de patrimônio histórico vivo da cidade.

Em processo, enquanto aguardava retorno de mais evidências sobre os acervos históricos do quilombo, fiz um rastreamento de publicações no periódico web of Science, com o assunto quilombolas no ensino superior/quilombolas e universidade, nada foi encontrado entre os anos de 1963 a 2021. Em Catálogo Periódicos Capes, foi encontrado um artigo de Ponso (2018). Na pesquisa Scielo, com filtro em todas as áreas, temáticas, idiomas e ano publicação, foram encontrados sete artigos de Carvalho *et al.* (2020); Telles, Silva e Bastos (2019); Custódio e Foster (2019); Siqueira *et al.* (2017); Varga e Cardoso (2016); Ximenes Neto *et al.* (2014); Sousa *et al.* (2013). Em filtro para a área de Ciências Sociais aplicadas, nada foi encontrado.

Continuando o caminho da pesquisa, em maio de 2019, ao participar do Grupo de Pesquisa Mosaico, uma integrante, docente da UFLA, relatou sobre uma palestra cujo trabalho se concentrava em um Quilombo da cidade de Três Pontas. Eu ouvia atentamente,

quando a professora continuou dizendo que este professor convidado para ser palestrante relatava sobre as experiências de um levantamento arqueológico que buscava evidências africanas escravistas, que faz parte de um projeto nas redondezas do Quilombo Nossa Senhora do Rosário.

Procurando por mais informações, conversei com a professora ao final do encontro e ela me passou o contato do estudante responsável por organizar a palestra. Quando o contatei, descobri que já nos conhecíamos, pois nos tempos de graduação, Tiago Henrique Silva concedeu-me uma entrevista sobre outro projeto que participou no Quilombo Nossa Senhora do Rosário e coincidentemente era o mesmo que promovera a palestra referente à primeira expedição de arqueologia à Serra de Três Pontas, intitulado projeto Área de Proteção Ambiental (APA) no qual fui convidada para ser uma integrante. Tiago é morador da cidade de Três Pontas, estudante de Engenharia Ambiental na UFLA, participante ativo em movimentos sociais, defensor do patrimônio histórico-cultural da cidade de Três Pontas. Apesar de não ter nascido no quilombo, suas contribuições foram essenciais para a pesquisa.

Em julho de 2019, busquei informações sobre documentos, acervos sobre a história e origem do Quilombo Nossa Senhora do Rosário em visita a cidade de Três Pontas que foi muito proveitosa. A primeira parada foi na Casa da Cultura. A visita à Casa fora agendada antecipadamente e as expectativas eram diversas. O coordenador do patrimônio cultural da cidade, Ederson Gustavo Cesário Malaquias, foi quem nos recebeu e, após uma longa conversa, afirmou que todos os documentos que constavam sobre a origem do quilombo se perderam em um incêndio. Segundo o coordenador, guardiões deste acervo histórico relatam que o incêndio teria sido proposital. Esta história foi reafirmada por mais pessoas, tanto da cidade, quanto do quilombo.

Pela segunda vez, o nome de Paulo Costa Campos foi indicado como referência pelo coordenador do patrimônio cultural que enfatizou que as histórias e memórias do senhor Campos são relíquias que o fogo não conseguirá apagar.

Em virtude de algumas conversas pela cidade, indicaram-me uma possibilidade de informações na Paróquia Nossa Senhora da D'Ajuda, que é uma das primeiras igrejas da cidade e a mais famosa pelo fato do Beato Francisco de Paula Victor se encontrar sepultado em suas dependências e hoje ser um ponto de grandes romarias e manifestações de fé ao Santo Padre Vitor, como é chamado na cidade. Francisco de Paula Victor foi um padre negro, filho de escrava, nomeado em 1861 pároco da Paróquia Nossa Senhora D'Ajuda (CAMPOS, 2004). Padre Vitor resistiu ao racismo e barreiras sociais em uma época em que o sistema escravista ainda era soberano. Sua história e memória evidencia também o quanto a cidade foi

palco das atrocidades do sistema escravista, reforçando as evidências de uma forte comercialização de negros por toda a redondeza da cidade de Três Pontas.

Após alguns indícios de como poderia ter mais informações sobre o histórico do quilombo, contatei a paróquia Nossa Senhora D’Ajuda. Este primeiro contato deu-se no dia 26 de setembro de 2019, por telefone, e explicando sobre a que se destinava a pesquisa e, no que a igreja poderia contribuir, foi direcionado que se fizesse um pedido formal ao pároco.

Para justificar quais documentos buscava, informei que essas averiguações poderiam ser encontradas em diários de sacerdotes, comprovantes de batismos ou algum documento sobre o quilombo e seus moradores ou sobre a fundação da Igreja Nossa Senhora do Rosário, que é parte do histórico da comunidade.

Figura 1 - Igreja Nossa Senhora do Rosário localizada no quilombo



Fonte: A autora (2019)

A igreja Nossa Senhora do Rosário, segundo o historiador Paulo Costa Campos, teria sido erguida ainda nos tempos do sistema escravista na cidade. Sua construção é barroca o que muito lembra outras igrejas do século dezessete que foram erguidas por escravos, a exemplo da igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que segundo Salvador (2021) foi fundada do ano de 1685. Em setembro de 2019, após não ter resposta ao primeiro contato com a paróquia, enviei um e-mail ao pároco sobre uma possibilidade de marcar uma conversa e no mesmo intuito encontrei o e-mail da Secretaria da Educação que anteriormente serviu-me para pesquisar um trabalho na graduação. Entrei em contato também com a secretaria da educação com o objetivo de colher informações sobre a escola pertencente ao quilombo ou informações sobre os estudantes quilombolas.

Nos primeiros dias do mês de outubro de 2019, sem resposta dos e-mails enviados, entrei em contato novamente com a secretária da paróquia por telefone. O secretário que me atendeu, sem saber do assunto, pediu explicações sobre o caso e prontamente começou a dar direcionamento ao pedido.

Diante do exposto, o secretário da paróquia, explicou que para este levantamento seria necessário recorrer ao Livro de Tombo. Segundo Nogueira (2019) o Livro Tombo é um documento de alto valor histórico. Funciona como “livro diário”, em que são lançados os atos e fatos significativos de valor histórico e os acontecimentos e/ou procedimentos administrativos de maior relevância, que vão se desenvolvendo no cotidiano das pessoas jurídicas canônicas, costume conservado até os dias atuais por todas as paróquias.

Segundo o secretário, este livro encontra-se no acervo histórico da igreja e somente pessoas autorizadas podem ter acesso a este documento. Mas, ofereceu-se a dialogar com o pároco e fazer uma primeira varredura de informações e caso encontrasse algo que fosse relevante, faria contato para que marcasse uma data e assim tivesse acesso ao documento após a autorização. Mas, o secretário já adiantou que em sua carreira na paróquia não presenciou nenhum vestígio de documentos sobre o quilombo, somente as histórias contadas, que segundo ele, é o que se tem como acervo daquela comunidade!

Após receber essas informações, constatei que além do apagamento histórico dessa comunidade, o desafio seria maior ao buscar por sujeitos que poderiam não se identificar como quilombolas. Pessoas são representadas por suas raízes, suas histórias, e sem a preservação dessas memórias, a formação da identidade destes sujeitos estaria comprometida.

Preocupada pelas poucas evidências encontradas, no dia 03 de outubro de 2019, pouco antes das 8 da manhã, retornei a Três Pontas. O primeiro encontro foi com o historiador, Senhor Paulo Costa Campos para uma visita. Quem me acompanhou ao encontro do senhor Paulo, vamos assim chamá-lo, foi o coordenador do patrimônio cultural Ederson que, com antecedência, já havia agendado nossa conversa. Quando chegamos, o senhor Paulo mandara recado que já estava a caminho. Ao adentrar na sala com passos apressados, um senhor animado, falante e cheio de vida. Aos 94 anos, a clareza de detalhes com que vai narrando as histórias é impressionante. Em um momento registrado, presenteou-me com seu livro “Dicionário Histórico e Geográfico de Três Pontas”, que muito ajudou na pesquisa. Antes que eu fosse embora, pediu para adicioná-lo como amigo no *Face book* que é bem atuante nas redes sociais e ainda trocamos *e-mails*, também faz questão de responder periodicamente. Esta conversa foi gravada em vídeo com a autorização do senhor Paulo, e foi de grande contribuição para o trabalho.

Neste mesmo dia, fui ao quilombo conhecer os espaços escolares e buscar mais evidências e possíveis sujeitos para a pesquisa. A primeira parada foi na escola “Escola Municipal Maria José Vieira de Mendonça”, que fica a alguns quilômetros do quilombo e atende as crianças do quilombo e adjacências a partir do ensino fundamental II.

Figura 2 - Escola Municipal Maria José Vieira de Mendonça



Fonte: A autora (2019)

A escola em questão teve há algum tempo o nome de Escola Agrícola e recebia crianças do ensino médio que ficavam em período integral. Mas, segundo a atual diretora, o ensino médio é somente na zona urbana da cidade.

Após esta conversa, o destino foi o Quilombo Nossa Senhora do Rosário. Como não tivera muito sucesso nos contatos, coloquei-me esperançosa com a força que a instituição escolar tem em todos os espaços sociais. Sem desviar caminho, já na comunidade, minha primeira parada foi a escola.

Logo na entrada principal da comunidade quilombola, meu filho de 10 anos que estava presente começou a perguntar: mas tem asfalto aqui? Observando as casas continuou, mas aqui é o quilombo?

Suas observações e indagações eram sucessivas e não havia brechas para explicações, e quando paramos o carro, em frente à escola, ele desceu, olhou pra todos os lados e disse: Cadê os negros desse lugar? Não vi nenhum negro!?! Aqui não é um quilombo, cadê os negros?

Diante dessas palavras, lembrei-me do conto de Geni Guimarães “Leite de Peito” em que a autora de forma tão simples e culta faz uma reflexão sobre como a cultura branca instaurou em nossa sociedade uma ideologia de uma lenda negra, em que tudo é referido ao



“negro e escravo” e as estruturas inviabilizam a um conceito de um imaginário que se estabilizou.

Não tive naquele momento, como dialogar com as dúvidas do meu filho, mas me sinto refém como mãe e negra de uma sociedade hierarquizada pela cultura branca.

Figura 3 - Rua principal de entrada do Quilombo Nossa Senhora do Rosário



Fonte: A autora (2019)

Como já não visitava o quilombo há muitos anos, me causou surpresa ao ver a comunidade bem diferente do que como me recordava na infância. Como demonstra a foto, apesar dos quinze quilômetros entre a comunidade e o centro urbano, a pavimentação das ruas já é uma realidade, além da escola e o posto de saúde.

Fui então conhecer a escola que fica no centro do quilombo, em uma das suas ruas principais. A Escola Municipal Manoel Jacinto de Abreu é a escola da comunidade que atende o ensino fundamental I e fica no mesmo prédio que a creche CEMEI Professora Maria da Glória Moreira Campos que atende as crianças do berçário até os anos iniciais.

Figura 4 - Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu e CEMEI Professora Maria da Glória Moreira Campos



Fonte: A autora (2019)

Conversando com as monitoras, as professoras e funcionários, vim a saber que o quilombo ainda não tem credenciamento e, por este motivo, a comunidade teme pelo fechamento das instituições escolares. Com a titulação, a comunidade passaria a receber um auxílio extra do governo federal destinado às escolas quilombolas.

Diante da preocupação colocada, perguntei qual era a dificuldade da emissão dessa titulação e elas relataram que o motivo seria a falta de documentação comprobatória.

Esta visita produziu muitos frutos para a pesquisa, inclusive uma provável candidata a ser entrevistada. Uma das professoras da creche relatou ser formada em Pedagogia à distância e motivou-se pela pesquisa.

Após alguns dias da visita ao quilombo, tentei contato com a professora da creche, após algumas tentativas, o retorno não aconteceu até a presente data.

Em conversa com minha sobrinha e afilhada que estuda no ensino médio na cidade de Três Pontas, conversamos sobre pedir auxílio ao professor de História, explicando sobre a pesquisa e se ele poderia contribuir de alguma forma.

Sem rodeios ela se colocou como intermediária e o convenceu. Coloquei-me a conversar com o professor e ele disse que a proposta era de difícil execução, visto que os jovens da cidade não se interessavam muito pela “história” do quilombo, ou que no fundo não conheciam a própria história de seu povo.

No segundo contato, o professor, informou não ser da cidade e por isso não sabia muito da história do Quilombo Nossa Senhora do Rosário. Mas, informou que já teria lecionado em escolas quilombolas e motivou-se a contribuir no que pudesse. O professor também citou o senhor Paulo Costa Campos como contato para o levantamento das histórias e das memórias da cidade.

No mês de novembro de 2019, intensifiquei a escrita de um capítulo a partir dos levantamentos obtidos para apresentação e cumprimento da disciplina de Seminários e do Congresso de Pós-Graduação da UFLA. Neste mesmo mês também apresentei um trabalho para a turma do segundo período do curso de Pedagogia sobre a identidade negra nas obras de Portinari, que é parte de um trabalho coletivo intitulado: Arte, poesia e formação cultural: nas “asas” da humanização, que foi produzido juntamente com as colegas Amanda Naves Rodrigues, Roselaine Silva Tadeu, Vanessa Mattos Magalhães Milêu com a supervisão de nosso orientador Vanderlei Barbosa para cumprimento da disciplina de Laboratório de Práticas Educativas. Este trabalho resultou em um caderno pedagógico e fez parte do E-book publicado em 2020 com o título: Produtos Educacionais do Mestrado Profissional em Educação: saberes vivenciais. A escolha pela apresentação e reflexão das obras de Portinari foi demonstrar que a obra de arte pode ser instrumento transformador onde a leitura de mundo pode ser repensada pelo poder da contemplação, da admiração e do “ver” além dos olhos. Instigar a prática docente com o olhar reflexivo aos diferentes sujeitos, em diferentes realidades, dentro de uma perspectiva para além dos muros da escola.

No início de dezembro, recebi a resposta positiva do Comitê de Ética em Pesquisa, ao qual fizera a submissão em outubro, dessa forma a pesquisa em questão segue padrões institucionais resguardados. Quando a pesquisa foi submetida ao comitê de ética o título apresentado: 1% de inclusão do quilombo à universidade: histórias, trajetórias e vivências. Após passar pelo exame de qualificação, foi sugerida a troca do tema que hoje se apresenta como: Representatividade quilombola e universidade: a inclusão em questão.

Também em dezembro de 2019, entrei em contato novamente com a paróquia da cidade, após aguardar o retorno de e-mails enviados. A resposta do secretário foi que, o levantamento sobre evidências do Quilombo Nossa Senhora do Rosário no livro de tomo ainda não havia sido finalizado.

Em janeiro de 2020, a paróquia retornou o contato dizendo que nada foi encontrado no acervo da igreja. A partir destes dados, fiquei desmotivada quanto à documentação do quilombo, foi quando busquei em pesquisas mais aprofundadas sobre os relatos já obtidos e o foco agora era a procura por sujeitos que contribuíssem com o estudo.



Após analisar todo o desenvolvimento até o momento e, admitindo que o percurso fora extenso, mas que foram poucas as evidências, passo a organizar e concentrar em uma terceira visita ao quilombo.

Para minha surpresa, após várias tentativas, encontrei uma pessoa próxima à família da minha cunhada, moradora do quilombo.

Em meados de janeiro de 2020, buscando por empresas de transporte que fazem o trajeto até o quilombo, pude perceber a dificuldade enfrentada por seus moradores. Descobri uma única empresa que disponibiliza o transporte três vezes por semana, em dois horários: seis horas da manhã e às três horas caso tenha passageiros e o ponto final fica mais ou menos a três quilômetros da comunidade. Após esta constatação, resolvi buscar outros recursos e no dia 31 de janeiro consegui enfim fazer uma breve visita ao quilombo.

O tempo não foi o bastante para as entrevistas, mas voltei com mais contatos inclusive do vereador da comunidade, do atual líder da associação do quilombo, de 2 estudantes quilombolas e conheci um pouco da realidade e das histórias destes sujeitos.

O momento agora era filtrar todas as informações, buscar uma maior proximidade dos sujeitos e partir para uma possibilidade de entrevistas. Foram várias mediações com muitas pessoas, mas o aceite dos estudantes que se identificassem como quilombolas e que autorizassem a divulgação de suas falas a partir desta temática foram poucas. As ferramentas utilizadas para esta mediação e entrevistas foram telefone, *whatsapp*, *e-mail* e entre outros recursos tecnológicos.

A partir do planejamento feito e do andamento da pesquisa, marquei a data para as entrevistas, que seria no mês de abril de 2020. Mas, infelizmente fomos surpreendidos pela Pandemia do coronavírus, em nosso país deu-se a confirmação no mês de março e resultou como medida de proteção e de prevenção o distanciamento social.

De início não consegui direcionar a pesquisa, entendendo ser de extrema importância que as entrevistas fossem feitas presencialmente.

Passados alguns dias, percebendo que a situação era algo sem previsão de término, comecei a pensar em estratégias que pudessem levar ao alcance do objetivo da pesquisa, que tinha como prioridade os depoimentos dos estudantes quilombolas.

A dificuldade de contato por vias tecnológicas foi um complicador, visto que o quilombo está localizado a quinze quilômetros do centro da cidade de Três Pontas e a internet não é de boa conexão.

Em busca urgente pelos relatos e não desistindo ainda de encontrar algum acervo da memória do quilombo, passei vários dias a fazer ligações e enviar mensagens pelo *WhatsApp* e *e-mails*.

Com as limitações do isolamento social, que foi um agravante para a pesquisa, com todos os caminhos conflitantes e incansáveis buscas, consegui alguns relatos por meio de áudios e um aceite para uma conversa.

Neste sentido, os dados obtidos para serem analisados foram consentidos a partir de quatro fontes orais gravadas em áudio pelo *WhatsApp* para explanar a história do quilombo e uma entrevista gravada em vídeo pelo *google Meet* para desenvolver sobre a especificidade da trajetória e da representatividade dos quilombolas no ensino superior.

A entrevista do estudante quilombola deu-se no dia 10 de Junho de 2020. Após a entrevista, trocamos algumas informações via *WhatsApp* e *e-mails* para sanar algumas dúvidas.

Este quilombola foi um dos últimos sujeitos a ser contatado que aceitou não só participar da entrevista, como também autorizou a divulgação de sua identidade.

Mediante a reflexão sobre o caminho percorrido até o encontro do sujeito, percebe-se a necessidade de refletir sobre a a relação deste sujeito com o quilombo, tendo em vista as recusas de pertencimento quando evidenciamos a identidade quilombola. Neste sentido, é fundamental reconstruir o histórico do quilombo respeitando a integridade de cada sujeito para que suas concepções se construam a partir de suas subjetividades. Cada história, cada momento é único e deve ser evidenciado com muito respeito e precisão compreendendo que a subjetividade tem suas características próprias e particulares.

## 2 ANOTAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE QUILOMBO

O objetivo deste texto é apresentar o conceito de Quilombo em diferentes contextos a partir das considerações de diferentes autores e refletir sobre a visão acerca do conceito de quilombo como abrigo de escravos negros fugidos.

Para lastrear nossa reflexão, tomamos como base os estudos de Kabengele Munanga e Ilka Boaventura Leite, que são expoentes da área e nos dão os fundamentos para a compreensão do conceito de Quilombo, que se originou na África, a partir da resistência ao sistema escravista em terras brasileiras, da miscigenação como prática de uma democracia racial e das lutas da contemporaneidade. Assim, a partir destes teóricos podemos apontar os conceitos centrais da temática, a saber: quilombo, miscigenação, democracia racial. Mas antes de focar nas análises históricas e conceituais dos autores em tela, quero apresentar as razões que me levaram a empreender essa pesquisa. As motivações foram definidas pelas repercussões de minha própria história; pois, falar sobre os quilombos é contextualizar uma história que ainda tem cicatrizes expostas em nossa sociedade. Portanto, este estudo busca, em primeiro lugar, refletir sobre a inserção de quilombolas no ensino superior e entender a representatividade destes sujeitos nos ambientes acadêmicos através de suas trajetórias.

Começo com um relato pessoal: – Certo dia estava em casa, entre meus afazeres, passei o olho na televisão e ao escutar uma reportagem sobre escravidão. Não me recordo o canal, mas dos dizeres do entrevistado não me esqueço. Um rapaz negro, vinte e poucos anos, fala altiva, como em um discurso disse assim: Falam que a escravidão não foi bem como dizem..., mas eu te pergunto: quem, se não os negros, têm mais de três gerações de analfabetos na família, e podem falar com conhecimento de causa desta realidade? E prosseguiu: Na minha família, eu sou o primeiro a conseguir fazer uma faculdade, pois meu pai, minha mãe, minha vó, minha bisavó eram todos analfabetos!

A partir dos dizeres deste jovem, faço uma provocação: se um dia alguém dissesse que você não tem direito de adentrar em uma sala de aula, de frequentar uma escola, o que você faria? Com certeza hoje buscaria seus direitos, mas e quando não tem onde buscar esse direito ou quando esse direito negado é amparado por lei? Isso é apenas para retratar um pouco sobre os mais de três séculos em que os negros e seus descendentes dedicaram a servir e a não ser vistos como pessoas e/ou cidadãos de direitos em nosso país.

Esse relato coloca questões inequívocas das mazelas deixadas pela escravidão e que perdura mesmo após a assinada Abolição. O fato de existir institucionalmente uma lei que amparasse o fim do trabalho escravo não foi suficiente a população negra para uma efetiva integração social e econômica para aqueles que buscam se encaixar nesta sociedade construída politicamente pela supremacia colonial branca

Como roteiro de nossa exposição, as considerações serão divididas em duas partes: a origem e o conceito de quilombo e perspectivas quilombolas na realidade brasileira.

## 2.1 Sobre a origem e o conceito de Quilombo

Para Munanga (1996), Quilombo é uma palavra de origem africana dos povos de línguas bantu<sup>2</sup> kilombo, aportuguesado, que se traduz por quilombo, que significa povoação ou fortaleza. Os quilombos, originários do continente africano reafirmam a constatação da base de nascidos da África, mais precisamente da Angola.

Assim, conforme os levantamentos de Munanga (1996), os quilombos ampliam sua função além da iniciação e passam a ser lugares próprios para o ritual de incorporação de grupos se encontram jovens de outras etnias em treinamento para a guerra.

Os antepassados dos povos que falam idiomas bantu partiram provavelmente do centro da Nigéria, em direção ao Sul e Sudeste da África, possivelmente utilizavam instrumentos de ferro para abrir caminho através da floresta equatorial.

Segundo Munanga (1996), os quilombos africanos dão nome aos acampamentos e vilas de resistência, aberta a todos sem distinção de pertencimento. O que representa a presença desses povos bantu no Brasil é o fato desses membros terem sido trazidos e escravizados nessa terra. A marca na liderança desses movimentos de fuga não nega a presença da liderança e organização de indivíduos escravizados oriundos da região bantu, em especial de Angola, onde se desenvolveu o quilombo.

[...] o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-

---

<sup>2</sup> Para entender e captar o sentido da formação dos quilombos no Brasil, precisamos conhecer o que aconteceu nessas regiões africanas de áreas bantu nos séculos xvi e xvii. Por isso, a própria palavra bantu mereceria, antes, algumas linhas de explicação. Com efeito, bantu, que hoje designa uma área geográfica contígua e um complexo cultural específico dentro da África negra, é uma palavra herdada dos estudos linguísticos ocidentais. (MUNANGA, 1996. p.58 e 59).

povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar (MUNANGA, 1996, p. 63.)

Observa-se nas palavras de Munanga (1996), que Quilombo não é somente um movimento de fuga em terras brasileiras e, sim, um movimento de agrupamentos de negros que teve início no continente africano e se espalhou por diversos lugares em que o sistema escravocrata se instalou, porém cada grupo travou sua própria luta e escreveu sua própria história de sobrevivência, diante dos ultrajes dos donos e senhores de escravos.

Ainda aprofundando a reflexão sobre o conceito de quilombo, encontramos em Leite (1999) que o quilombo é uma expressão usada sistematicamente desde o período colonial. A autora cita uma pesquisa elaborada por Lopes, Siqueira e Nascimento (1987, p. 27-28), que complementam as falas de Munanga (1996) de que “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos”. A autora complementa a reflexão ao indicar que o conceito reforça “uma reação guerreira a uma situação opressiva” (LEITE, 1999, p. 127).

O que devemos reter dessas considerações é que, mesmo com as variações de interpretações, os autores concordam que o termo nasce na África, mais precisamente em Angola. E ainda, que quando os africanos são arrancados de suas terras, eles levam consigo o espírito guerreiro bantu ou banto. Assim, a história do quilombo como a dos povos bantu é uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre Zaire e Angola.

A tradição oral, a cultural e a religião marcaram e marcam a relação de identidade entre os quilombolas, mas as memórias da história da África continuam sendo as grandes fontes de informações e conhecimentos das civilizações negras. Segundo Munanga (1996), no âmbito do mito, uma dessas histórias começam com o príncipe e caçador Kimbinda Ilunga, que partiu com seus seguidores em busca de novo território em que a morte de um herdeiro de trono criou conflitos para a sucessão. Na África havia reinados como em qualquer outro lugar no mundo, a disputa pelo poder era conflitante mesmo entre consanguíneos.

Observando esta historiografia, podemos evidenciar dois aspectos interessantes nas falas de Munanga: primeiro, que o conceito africano de quilombo se origina nas migrações de grupos em busca de novos territórios, de alianças políticas entre grupos alheios, na busca pelo poder; em segundo, o que chama atenção é que a constituição do conceito de “quilombo” que se origina na África tem origem na concepção de negros que saíam em busca de territórios, contrapondo aos termos enraizados em terras brasileiras de centros de negros refugiados.

Nesta perspectiva o quilombo brasileiro é certamente uma cópia reconstituída pelos escravizados para fazer oposição ao sistema escravocrata. Neste sentido, cabe afirmar que a organização e a liderança da cultura bantu sejam os maiores empréstimos culturais para os quilombos brasileiros que, mesmo com as diversas influências, a pureza da cultura bantu sobrevive a modelos ideológicos excludentes (MUNANGA, 1996).

De acordo com mais algumas pesquisas de Munanga (2009), existiram mais de duas mil comunidades quilombolas em terras brasileiras, possuindo mais de dois milhões de habitantes, sendo que o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, foi o mais conhecido, tendo recebido mais de trinta expedições para derrubá-lo por iniciativas de Portugal e Holanda.

Neste cenário, Galeano (1999) constata que os quilombolas organizaram o reino de Palmares, na parte do nordeste do Brasil que se ampliava desde as vizinhanças do Cabo de Santo, em Pernambuco Agostinho, até o norte do Rio São Francisco, em Alagoas. O quilombo teria a extensão da terça parte do território de Portugal, rodeado por florestas selvagens.

Como evidencia Munanga (2009), sobre as diversas expedições para atacar Palmares, Galeano corrobora com as afirmações dizendo que vários foram os ataques ao quilombo de Palmares, mas que os quilombolas, liderados por Zumbi, resistiram até o fim como descreve Galeano ao afirmar “das dezenas de expedições militares que se lançaram para abatê-lo, uma atrás da outra, os holandeses e portugueses. As investidas de milhares de soldados nada podiam contra as táticas guerrilheiras que o tornaram invencível, até 1693 (GALEANO, 1999, p. 59)”. É considerável recordar-se que, cultivados pela experiência de seus ancestrais, no Quilombo dos Palmares, os quilombolas cultivavam com êxito milho, batata, mandioca, banana, feijões, etc., uma policultura que era partilhada e por esta questão, virara alvo da destruição dos colonialistas que, apesar da abundância das plantações açucareiras, padeciam de outros alimentos (GALEANO, 1999).

Segundo a histografia, a extensão dos ataques teve uma batalha final para o líder e guerreiro Zumbi, ou Zumbi de Palmares como ficou eternizado. A coroa portuguesa mobilizou o maior exército conhecido e, nada menos que dez mil pessoas defenderam Palmares. Dois anos depois, o chefe Zumbi a quem os escravizados intitulavam imortal, não pode escapar à traição e morreu em meio a uma floresta selvagem, cortaram a cabeça de Zumbi (GALEANO, 1999).

É conhecendo a história que vamos percebendo o caminho que marcou os quilombolas e a necessidade de compreender e valorizar estes sujeitos históricos. Porém, a falta de

conhecimento e a divulgação de fatos infundados, contribuem para o apagamento da história dos quilombos e da identidade quilombola.

Leite (1999) apresenta uma distorção do termo quilombo a partir de uma folclorização imposta como pontua a autora, é como uma arma ágil e cortante entre a reflexão e o ensurdecimento dos afrodescendentes que distorce a identidade do quilombola. A generalização do termo “[...] teria gerado uma dificuldade dos historiadores em ver o fenômeno enquanto dimensão política de uma formação social diversa (LEITE, 1999, p. 128)”. Nesse mesmo texto encontramos três momentos, citados e vivenciados pela autora, que indicam a força de como essa folclorização se estabelece como reconhecimento na sociedade.

Em um dos momentos a autora conta que aconteceu durante as comemorações dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, quando um professor solicitou que a autora indicasse a ele “um quilombo, um quilombo verdadeiro”.

Outro momento foi durante uma abordagem no aeroporto ao comprar uma passagem e, um funcionário da empresa veio lhe perguntar: “o que é um remanescente de quilombo?” Sem sucesso nas suas explicações sobre todo o contexto da história da trajetória dos negros no Brasil, a Abolição e suas consequências, o mesmo a indagou se saberia identificar um remanescente quilombola entre tantos passageiros de um voo?

E a outra circunstância ocorreu na divulgação de um documento da Fundação Cultural Palmares, durante um simpósio promovido pelo Ministério da Cultura, intitulado Rota do Escravo, em que o projeto em questão tratava de uma rota e mapeamento com propósito turístico, ecológico-cultural a quilombos.

Os casos relatados pela autora só reafirmam a triste realidade de que a cada dia as memórias e as histórias da população negra vão sendo apagadas para tentar encobrir uma desigualdade, um racismo existente e evidente em nossa sociedade.

Nos quilombos ainda existentes, os sujeitos históricos muitas vezes se escondem em meio a discursos diversos de “democracia”, temem por serem protagonistas de histórias vinculadas ao sistema escravista e nessa perspectiva assistimos a estas comunidades sobreviventes no momento atual, mostrando uma história que ainda não findou.

[...] o quilombo chega até os dias atuais para falar de algo ainda por se resolver, por se definir, que é a própria cidadania para estes grupos. É, portanto, e antes de tudo, uma luta brasileira, nacional, iniciada ainda nos primeiros quilombos no período colonial, nos ajuntamentos, mocambos (LEITE, 1999, p. 141).

Com frequência nos surpreendemos com o fato de que, ao falarmos sobre quilombo, as pessoas se referem a algo ligado ao passado, como a fuga de escravos, ou em processo de

desaparecimento. E a perspectiva sobre a existência dos mesmos compreende como unidade fechada, e totalmente restritiva, e isso faz com que os nascidos nestas comunidades se escondam por trás de suas próprias identidades.

Esses grupos não conseguem uma identidade politicamente construída no presente pelo esforço que delimitam a autodenominação do passado a exemplo de Palmares, como podemos constatar,

[...] o significado de quilombo que predominou foi a versão do Quilombo de Palmares como unidade guerreira constituído a partir de um suposto isolamento e autossuficiência. Parecia difícil compreender uma demanda por regularização fundiária a partir de tal conceito. Foi necessário relativizar a própria noção de quilombo para depois resgatá-lo em seu papel modelar, como inspiração política para os movimentos sociais contemporâneos (LEITE 2000, p. 341)

É imprescindível recordarmos que os quilombos representam desde os primórdios resistência e luta por direitos e que nos dias atuais ganham novas configurações, mas persistem nas lutas e reivindicações por políticas de reconhecimento da população quilombola.

As políticas de reconhecimento da população afro-brasileira tardiamente receberam apoio de diversas áreas, de colaboradores comprometidos com os Direitos Humanos. Precisamente, a partir da década de 1980, passaram a serem veiculadas no Brasil ações para se referir às áreas territoriais onde viveram os escravos africanos refugiados e atualmente vivem seus descendentes. A partir deste momento, além de apresentar um amplo processo incompleto de nacionalidade, veio reacender os anseios por ações e políticas públicas visando reconhecimento e garantia dos direitos territoriais dos quilombolas. Segundo Leite (2008), as terras dos quilombos “foram consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e, como tal, deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado (LEITE, 2008, p. 969)”.

Ainda conforme Leite (2008), as organizações dos movimentos negros, como parte da própria reflexão do centenário da Abolição da escravatura no país, levaram para a Assembleia Constituinte de 1998, as aprovações institucionais de reparação à opressão histórica sofrida pela população negra.

Lembremos que, no Brasil não houve anteriormente qualquer legislação institucional, antes da Constituinte de 1988, que incorporasse os negros como cidadãos de direito. Um século se passou após a proclamada Abolição da Escravatura, para que na então Assembleia Nacional Constituinte de 1988, a população negra brasileira, por fim fosse reconhecida. Os negros enfim adquirem a plena condição de direitos na Constituição, que “dá garantia da



posse e do usufruto das riquezas do solo, do subsolo e das terras nas quais exercem uma ocupação há sucessivas gerações” (LEITE, 2008, p. 970).

A esse respeito, Gomes e Rodrigues (2018) pontuam que, para o movimento negro, a Constituinte de 1988 (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988), não complementa a reivindicação por medidas compensatórias, em especial voltadas à implantação do princípio constitucional sobre as pessoas ou grupos vítimas de discriminação comprovada, além das reivindicações socioculturais e educacionais. Por isso apresentaram propostas que poderiam remediar um pouco a situação. No caso da educação os autores afirmam que após muitas pressões e reivindicações houve avanços de resultados importantes para o enfrentamento desse problema da desigualdade racial, mas ainda com certas limitações.

A CF/88 é resultado das lutas desses movimentos e, quando foi alcançado esse direito, automaticamente os deveres do Estado e as pendências existentes com as questões dos negros emergiram. As terras onde se concentram os quilombos que antes eram problemas invisíveis, a partir dessa constituição tiveram mais atenção por parte dos movimentos sociais. A visibilidade dos negros agora reconhecidos por direito proporcionou o ressurgimento de novos sujeitos sociais, ampliando e renovando novas exigências quanto às garantias de seus direitos. Ao mesmo tempo, esses movimentos permitiram um diálogo com outras manifestações e lutas sociais, trazendo uma nova perspectiva de “quilombos contemporâneos”. Estes sujeitos se agrupam e surgem compartilhando as mesmas lutas, buscando os mesmos objetivos, unindo forças para ocupar o lugar que antes negavam por falta de conhecimento e agora fortificam suas raízes históricas e trazem uma nova versão do Quilombo África.

As novas manifestações da contemporaneidade revelam que os quilombos na atualidade se integram a novas estruturas, não se acomodam e se unem em uma sociabilidade mútua.

Munanga (2019) alega que questões geradas como a promoção da identidade, a autodefinição, como: Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Qual a nossa posição na sociedade? Contextualizando com outras indagações, tais como: Quem são eles? De onde vieram? Para onde vão? Qual a posição deles na sociedade? Essas questões permitem um processo de formação de identidade coletiva. E, esses grupos sempre se identificam por um processo e nunca por algo findado.

O autor considera que as manifestações coletivas e as lutas compartilhadas reforçam as novas configurações dos quilombos contemporâneos, construindo movimentos a partir das peculiaridades de cada grupo, do passado histórico de seus ancestrais escravizados; no

presente a situação dos excluídos das posições sociais, da privação de oportunidades e buscando dignidade e direitos como cidadãos (MUNANGA, 2019).

Dentro desses contextos, o conceito de QUILOMBO ganhou novas perspectivas, além de um lugar onde se abrigava escravos fugidos. Podemos então afirmar que, os novos quilombos contemporâneos são a nova exposição de agrupamentos a partir de um conceito histórico de resistência, de território e de fuga e atualmente ganham novas perspectivas. Para esta prática, Leite (2000) cunhou o conceito de Aquilombar-se para explicar estes movimentos contemporâneos:

[...] aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada (LEITE, 2000, p. 349).

A autora ressalta que o sentido de “ressemantização” do conceito de quilombo, ou seja, o renomear neste sentido vem para articular com as novas comunidades, agrupamentos e/ou movimentos de diversos setores da sociedade civil que se identificam a partir de suas experiências e vivências. Também nos aponta a autora que, apesar da força simbólica lançada na Constituinte de 1988<sup>3</sup>, o projeto de cidadania dos negros encontra-se ameaçado, porque o processo esbarra nos interesses das elites economicamente envolvidas e em governanças antissociais. Portanto, afirma ainda a autora que a identidade negra que se reproduz na sociedade está engessada aos conceitos de submissão, de uma cultura ainda enraizada, e a noção de coletividade é que conduz ao reconhecimento (LEITE, 2000).

Em suma, estas linhas tentam explicar a compreensão histórica do conceito de quilombo desde sua origem, visando a construção da identidade dos negros.

Compreende-se que o conceito de quilombo no Brasil, passou por uma transformação histórica, cultural e racial desde a África. Essa transformação iniciou-se desde quando os africanos foram capturados, sequestrados e tirados de suas terras. Os quilombos aqui constituídos carregam uma herança cultural dos africanos na forma de organização, mas os

---

<sup>3</sup> Ora, mesmo a partir da Constituinte de 1988 colocar a inclusão do negro como cidadão de direitos, as desvantagens da população negra e, em especial, no que diz respeito à construção de uma identidade política coletiva, ainda persistem. No que se refere à importância de construção da identidade negra, os quilombos contemporâneos, lutam pelo reconhecimento e reconstrução de sua identidade racial e cultural, que serviram de base para a formação do povo brasileiro.

contextos e lutas em terras brasileiras fizeram com que eles se reorganizassem enquanto escravizados.

Nascimento (1985) ressalta que cada quilombo é definido pelo seu contexto, estrutura, cultura, etc. E, com isso a autora afirma que, quilombos contemporâneos, ou como revela que em novas configurações de grande porte encontram-se em morros, periferias e favelas, e ressalta que “[...] o quilombo redefine variando conforme a área geográfica, a repressão oficial e a diversidade étnica, que se torna cada vez mais comum quanto foi a política negreira de misturar povos de origens diversas” (NASCIMENTO, 1985, p. 45).

Portanto, os quilombos contemporâneos que se movimentam em busca de novos territórios ou novos lugares na sociedade é referência aos primeiros quilombos da África que, passam a ser lugares próprios para um ritual de incorporação de grupos, de sujeitos de variadas religiosidades, cultura e etnia. Estes quilombos contemporâneos que mantêm acesa as memórias africanas, podemos encontrar nas folias de reis, no carnaval, nas favelas, no candomblé, na congada entre outros. São os “quilombolas” do século XXI, que revivem a história africana por meio da arte, da cultura, da religião e da representatividade negra na sociedade.

## 2.2 Perspectivas quilombolas na realidade brasileira

A partir da constituição de 1988 que foi um marco jurídico-institucional para a população negra e também para a discussão dos direitos da população quilombola, outras leis e políticas públicas foram sendo oficializadas a partir do reconhecimento das demandas e das lutas do movimento negro no Brasil. Mas ainda temos muito o que avançar em pontos importantíssimos de inserção da população descendente de escravizados no que diz respeito às esferas sociais, educacionais, culturais e étnicas em nosso país.

O Brasil é considerado o país com maior população de descendência africana sendo que mais da metade de seus declarantes estão entre pretos e pardos. Segundo Afonso (2019), “56,10%. Esse é o percentual de pessoas que se declaram negras no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE. Dos 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões se assumem como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos. Os negros – que o IBGE conceitua como a soma de pretos e pardos – são, portanto, a maioria da população”. Como esta população historicamente esteve sempre nas camadas mais vulneráveis de nossa sociedade, o desafio que ainda perdura é o de acabar com

as desigualdades existentes, sobretudo, colocar uma energia adicional para dar visibilidade a estes sujeitos invisíveis, mas que são a maioria no país mais africanizado fora da África

É de suma importância compreender a realidade para transformá-la. Essa é nossa tarefa enquanto pesquisadores da escravidão e seus ecos que ainda ressoam na sociedade contemporânea. Para tanto, tomaremos como base de nossa reflexão dados históricos do pensador Kabengele Munanga e dados histórico-afetivos de relatos de personagens de minha própria história, ou seja, não se trata apenas de uma reflexão abstrata e distante, mas sim de minha própria carne que teimosamente evoca a ancestralidade como fonte para reinventar a vida.

Segundo Munanga (2009), foram mais 60 milhões de africanos atingidos pelo tráfico negreiro no mundo, que durante séculos foram sequestrados, torturados, violentados, acorrentados e humilhados. Desses milhões de africanos tirados de seu continente, é relatado pelo autor que só o Brasil tenha recebido cinco milhões.

Munanga afirma que até o desembarque no Brasil, várias etapas eram atravessadas desde o sequestro em continente africano, como relata a seguir:

[...] cinco etapas terríveis marcavam esta trajetória do tráfico: 1) captura dos nativos no interior da África; 2) transferência para os portos da costa africana; 3) armazenamento nesses portos, onde os negros aguardavam a chegada dos navios negreiros; 4) transporte para outros países nos navios tumbeiros; e 5) armazenamento nos portos de desembarque, onde eram recuperados e vendidos (MUNANGA, 2009, 81).

Segundo o autor, em todas as etapas o índice de mortalidade era por volta de 50%. Outros autores como Freyre (1979) descrevem sobre essas etapas e inclui também a marcação na pele dos escravizados que se daria a partir de uma ferramenta de ferro quente e, este ficaria marcado para seu futuro senhor, que esclarece que “traços pelos quais facilmente se apanhava o negro fugido eram as tatuagens, os talhos, as marcas de fogo de tribo ou ‘nação’ africanas de sua origem, os sinais de ferro quente dos compradores (FREYRE, 1979, p. 35)”. O ferro seria mergulhado em azeite quente para que não grudasse na pele e esta marca seria um registro primeiramente de seu sequestrador e posteriormente de seu senhor (FREYRE, 1979).

Após serem sequestrados e marcados, os africanos eram jogados e amontoados nos navios negreiros. Sem piedade, estes sujeitos foram arrancados de suas raízes, de suas famílias para serem escravizados em um sistema de comércio humano que, segundo historiadores que fizeram parte da reportagem “Ecos da Escravidão”, no Brasil foram mais de 300 anos de sistema escravista com todos os tipos de atrocidades contra os escravos negros e

seus descendentes. Eram sequestrados todos os tipos de pessoas para serem escravizadas, desde camponeses, professores, comerciantes e até pessoas da alta hierarquia africana. 46% de toda carga escravista de todo comércio das Américas foram trazidas e comercializadas no Brasil ininterruptamente entre os séculos dezesseis e dezenove (BRITO; LIMA, 2015). O professor e antropólogo Munanga, entre outros historiadores, concorda que a pior invenção da humanidade foi o navio negreiro. Mesmo com livros e relatos, saber das dores que passaram estes africanos nos porões destes navios rumo a uma terra desconhecida para serem escravizados, é impossível que se chegue perto da realidade vivida por eles.

Foram séculos de trabalho escravo, famílias nascendo, criando descendentes e morrendo como escravizados. Descendências inteiras condenadas a uma vida e a um tratamento de exclusão de direitos. Segundo João José Reis, historiador da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que cooperou nas falas do documentário acima citado, os escravos fugitivos buscavam insaciavelmente por liberdade, e foi quando surgiram os quilombos no Brasil, como a maior forma de resistência dos negros.

Há autores que defendem que a escravidão não foi tão cruel como se relata. Outros reforçam o argumento de que os negros já eram escravizados em terras africanas. E o que vemos é uma falta de conhecimento sobre a história da África e um apagamento do próprio histórico do negro no Brasil.

Para constar o que muitos tentam apagar da história, em muitas cidades há ainda os pelourinhos, lugares preservados onde se castigava negros escravizados em praça pública. Há senzalas, porões de fazendas onde vários negros viveram e seus filhos, netos, bisnetos...

Foi buscando por conhecer mais sobre as memórias e histórias dos meus antepassados que as encontrei tão perto nas falas do Senhor Bento Rezende. Para descrever Capitão Bento Rezende, Silva (2010) começa a dizer que foi um homem de leitura, não de necessidades acadêmicas, mas sim da leitura de mundo. Nascido em 1919, foi o décimo quarto morador do bairro Nova Lavras, em Lavras-MG. Por volta do ano de 1947, mudou-se para o endereço onde ainda é da família, mas, antes de mudar-se com sua esposa Rosa Madalena, serviu ao país na segunda Guerra Mundial.

Aos dezesseis anos de idade, foi professor em escolas rurais. Entre uma história e outra revelou que sua avó foi escrava. Uma delas marcou muito minha trajetória como pesquisadora, pois desde que ouvi pela primeira vez e lendo após a transcrição do professor José Bento, meus sentimentos de dor pelos meus irmãos, os arrepios ainda são os mesmos. Este relato foi sobre João Viana, um senhor de escravos que está citado no livro “Um filho de Lavras”.

A fazenda de Viana, como se chamava o fazendeiro, ficava na região entre Lavras e Perdões, no estado de Minas Gerais, e sua trajetória de maldade era tamanha que suas histórias ainda hoje são contadas. Nesse trecho em destaque, o autor privilegiou as fontes orais para dar vida ao reconhecimento histórico, podemos destacar os relatos do Capitão Bento, assim contou em detalhes:

[...] residia uma senhora idosa, lúcida, sempre disposta e com boa saúde, que contava casos ocorridos, assistidos por seus avós, do famoso Viana. Dizia ela que sua avó era cozinheira da fazenda; que certo dia ele dissera ao capataz que desejava experimentar a carne de um menino pequeno, de pouca idade, dentre os numerosos filhos dos escravos. Imediatamente o capataz sacrificou um menino que foi levado à cozinheira, a mando do senhor. Horrorizada, ela encheu o tacho, colocou no fogão para cozinhar a carne da infeliz criança; de vez em quando Viana vinha perguntar se estava cozida a carne que desejava provar. A cozinheira respondia que ainda alguns minutos seriam necessários. Num momento oportuno ela provou um pequeno pedaço. Após constatar que era ótima. Pensou consigo: ele vai matar e comer todos meus netos! Veio-lhe uma idéia salvadora: às escondidas enfiou ao fundo do tacho um pedaço de pita, que retirou e depois de uma fervura. Viana, ao provar o pedaço retirado do tacho não suportou horrivelmente amargo da carne humana. Soltou horríveis blasfêmias contra a raça dos escravos, e mandou jogar fora todo conteúdo do tacho. Assim foram salvas as crianças filhas de escravos e netos da cozinheira avó da velha Maximiana, que relatava esse fato verdadeiro, dentre os inúmeros acontecidos nas fazendas no tempo do cativo (SILVA, 2010, p. 40)

As lembranças do Capitão Bento já com seus 78 anos, relatadas por Silva (2010), reforça que as memórias do Capitão à cerca das maldades de Viana marcaram não só a sua trajetória, mas dos que foram vítimas direta ou indiretamente de suas maldades. Segundo o autor, o comportamento desumano também era marca da esposa de Viana que, certa vez, enciumada, pediu para arrancar os dentes com alicate também cortou os cabelos de uma negrinha, e mandou pendurar na parede da sala. Segundo Capitão Bento, o cabelo ficou por muito tempo pendurado como sinal de aviso para as demais negrinhas. Assim como o autor, também me perguntei como o Capitão Bento tinha tantas memórias e conhecimentos. Sobre esta questão, Silva (2010) nos esclarece que “a tradição oral é uma das características trazidas pelos africanos, na condição de escravos, para o Brasil e que permanece ainda entre os seus descendentes (SILVA, 2010, p. 31)”.

Diante dos relatos citados acima, nos surpreendemos com estes fatos das últimas décadas do século XIX, que repudiados pelo autor, despreza as leis que favoreciam os escravizados do Brasil. Observa-se em tal perspectiva, os negros recém-libertos não tinham condições, bens ou meios de acesso e aceitação perante a sociedade. De outro lado o Estado

também não os amparou de forma digna e muitos permaneceram à mercê de seus fazendeiros e/ou senhores.

Em outros contextos os quilombos tomaram força como única esperança para os negros que eram humilhados dentro das fazendas, torturados dentro das senzalas. A Abolição da Escravatura e os mais de três séculos da morte de Zumbi de Palmares, escolhido como dia da Consciência Negra, 20 de novembro, não há sinais de uma vitoriosa inclusão social da população negra, mas sim de uma batalha que ainda vigora nos dias atuais com as cicatrizes deixadas pelo regime escravista. Nessas discussões e implicações antropológicas estão os quilombos que, autores e historiadores relatam seu surgimento a partir de uma resistência de escravizados que fugiam em busca de uma nova vida longe do sistema opressor de seus senhores. Muitos dos quilombolas que ousaram lutar contra o sistema dominador da época colonial, também buscam uma visibilidade social.

Hoje no Brasil aparecem poucos destes representantes ressurgidos entre notícias e estatísticas, confinados ao valor da verdadeira histografia e identidade do quilombo, amparada no esquecimento proposital e a expectativa de justiça social. Um fato que se agrava ainda mais se olharmos pela discussão do direito e do processo educacional. A história da educação dos negros do Brasil<sup>4</sup> torna ainda mais evidente a invisibilidade negra das questões políticas, sociais e democráticas de nosso país.

Afinal, o que é Quilombo? Para Barros (2007) o conceito de Quilombo é polissêmico, ou seja, abriga vários significados e sentidos. Segundo o autor, a definição de Quilombo remonta à época colonial e sistema escravista no Brasil. O autor afirma que na época, esse entendimento jurídico estava impregnado de uma visão intervencionista, baseada somente na ideia das fugas dos negros e que essa visão do Quilombo como lugar onde se abrigava negros fugitivos ainda hoje sobrevive. O autor escreve que na data de 1740, quando o Conselho Ultramarino se reportando ao rei de Portugal assim o definiu “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele (BARROS, 2007, p. 6)”.

Esta perspectiva de que o quilombo se formara somente de escravos negros fugitivos, mantêm-se ainda hoje desde as primeiras definições apresentadas e reportadas ao rei de

---

<sup>4</sup> Para Veiga (2008), a proibição legitimada da escolarização dos negros deu-se principalmente com o aumento da população negra livre. A autora reforça que a aprendizagem da leitura e da escrita dos negros desde o século XVII não necessariamente foi realizada na escola e que ainda no século XIX, poucos estudos foram realizados que viabilizassem a outra questão que não fosse associada à escravidão e à marginalidade dos negros, e constata que “observa-se em geral certo espanto dos historiadores quanto ao fato de haver negros que soubessem ler, escrever e/ou contar (VEIGA, 2008, p. 503).

Portugal, no século XVII, se referia aos negros fugitivos a autoria desta oposição. O autor também afirma que todo grupo de cinco ou mais escravos fugitivos era considerado Quilombo (BARROS, 2007).

Florentino e Amantino (2012) destacam que os quilombos poderiam ser estruturas efetivamente históricas, que podiam circunscrever-se a meras hordas e acabar em semanas, ou evoluir para a condição de comunidades autossustentáveis e cita Palmares como um exemplo de quilombos capazes de se autorreproduzir econômica e demograficamente por longos períodos e por quê não dizer, por séculos.

Os autores destacam os primeiros quilombos no Brasil que tiveram base dos negros vindos da África, mas que lá também eram acolhidos brancos, negros, índios, entre outros, como podemos refletir em uma das afirmações “[...] em Minas Gerais detectou-se a existência de mais um grande quilombo ‘muito antigo, [formado] não só de negros e mulatos fugidos, mas também de alguns brancos’ (FLORENTINO; AMANTINO, 2012, p. 279)”.

Como foi visto aqui, o conceito de Quilombo, em diferentes contextos históricos, revela a necessidade de superar a percepção que ainda prevalece no senso comum. A partir dos levantamentos, buscamos compreender o conceito de Quilombo que se originou na África, seu trajeto até a chegada em terras brasileiras e a história da escravidão no Brasil. Constatamos que se trata de uma aproximação ainda incipiente da realidade dramática dos negros, sobretudo, de coragem de ousar enfrentar os grandes e novos desafios que ainda teimam em nos intimidar.



### 3 DO QUILOMBO À UNIVERSIDADE: UM ESTUDO DE CASO

Encontrei minhas origens  
em velhos arquivos  
livros  
encontrei  
em malditos objetos  
troncos e grilhetas  
encontrei minhas origens  
no leste  
no mar em imundos tumbeiros  
encontrei  
em doces palavras  
cantos  
em furiosos tambores  
ritos  
encontrei minhas origens  
na cor de minha pele  
nos lanhos de minha alma  
em mim  
em minha gente escura  
em meus heróis ativos  
encontrei  
encontrei-as enfim  
me encontrei  
(Poema de Laura Aïdar)

As apurações apresentadas até aqui reproduzem os conflitos em tempos novos, vivenciadas pelos negros e/ou descendentes de escravizados.

Por isso, este capítulo inicia com palavras que retomam a história da população negra que enfrentam ainda um processo de formação e reconhecimento, lembrando-nos sempre de nossos posicionamentos sobre questões raciais, sociais e uniformidade de direitos.

A população quilombola que é o reflexo da opressão vivida pelos negros, lida com o direito negado aos descendentes de escravizados que vai além das histórias escritas em livros e repassadas por gerações. Estes sujeitos enfrentam as influências hierarquizadas da sociedade, as desigualdades existentes ao seu redor, e a discriminação pela cor da pele. A compreensão do nascer negro é acima de tudo, uma luta diária, um reconhecimento, uma relação de consciência da coletividade, como nos apontou Leite (2000), o reconhecimento do ser negro está ligado ao entendimento desta identidade social.

O que assistimos frequentemente são inúmeras histórias de sacrifícios, abdições e superações que cruzam em todas as esferas e contextos das classes populares da população negra. Esta realidade é uma representação de um passado de injustiças no histórico brasileiro.

Os quilombos são exemplos de muitos dos agrupamentos existentes em nosso país, da realidade desses excluídos que, eventualmente quando aparecem em notícias e nas mídias, quase sempre é para mostrar a dura realidade de seu povo.

Como forma de demonstrar um pouco desta realidade, o Quilombo Nossa Senhora do Rosário foi o alicerce deste trabalho por meio de todo o histórico que envolve a comunidade e seus fundadores, e a riqueza sócio-histórico-cultural herdada pelos moradores descendentes de escravizados.

Porém ainda estamos vivendo um momento de pandemia que restringe os contatos mais diretos e aglomerações, e por isso a visita mais importante que seria o momento das entrevistas foi adiada e posteriormente mudaram-se os planos para as entrevistas por vias tecnológicas, visto que o cenário da pandemia continua. Para os contatos e entrevistas utilizei dos recursos do *WhatsApp*, do *Facebook*, por ligações e *e-mails*. Perante a dificuldade de aceitação dos sujeitos para uma conversa por vias tecnológicas, o quilombola Luan Donizeti Elias, como já foi mencionado neste trabalho, foi o único entrevistado.

A trajetória do Luan será um exemplo para observarmos a representatividade e o reconhecimento dos quilombolas, sobre o acesso desses sujeitos aos espaços universitários e suas experiências até o alcance desta inserção.

Assim sendo, nesse primeiro momento a apresentação será sobre: Identidade e representatividade quilombola: trajetórias e vivências, e em seguida Educação Superior: a inclusão em questão. Por fim, as considerações em relação aos objetivos apresentados no início do estudo.

### 3.1 Identidade e representatividade quilombola

O histórico do quilombo de Três Pontas apresentado nesta pesquisa nos dá uma ideia de como viveram os quilombolas nos quilombos de nosso país, e como muitos se refugiaram no passado em busca de uma vida com menos sofrimentos, como comprovado no relato de Leite (1999) ao destacar que os quilombos e/ou quilombolas representam a força da reação de um sistema opressivo.

Desta maneira os quilombolas têm a sua identidade ligada a esse grande acontecimento que foi o sistema escravista e que deixou marcas na história não só a cidade de Três Pontas, mas de todo o nosso país. Porém a falta de reconhecimento da história dos negros e da ancestralidade de seu povo, interfere de várias maneiras não os quilombolas que

sobrevivem nos quilombos, mas de toda a população negra que fez e faz parte do histórico brasileiro.

Os sujeitos nascidos no Quilombo Nossa Senhora do Rosário, tiveram em sua formação pessoal e na sua identificação toda a influência de uma sociedade que sempre vinculou à escravidão e suas mazelas as memórias dos quilombos.

O fortalecimento das memórias dos quilombos e o pertencimento histórico étnico-racial da população quilombola é o caminho para produzir mais reflexões à cerca desta população tão esquecida e negligenciada.

Antes que tomemos o relato de Luan, reforço que o estudo foi comprometido pelo momento de isolamento social que estamos acometidos, o que dificultou o acesso a outros entrevistados. Diante disso, espero que esta discussão possa se estender a outros trabalhos futuros. Luan nasceu em 18 de setembro de 1994, no Quilombo Nossa Senhora do Rosário, de família humilde, primogênito de quatro irmãos, está com 25 anos. O sustento da família vinha do trabalho da roça pelo pai, e a mãe era responsável pelo trabalho do lar e dispunha de uma saúde mais delicada.

Para início de conversa sobre o termo representatividade, Luan Donizeti Elias, ou “Luan do Quilombo” como se identifica pessoalmente e em todas as suas redes sociais, afirmou que, os moradores do quilombo têm certo receio ou vergonha de dizer que é quilombola. Nos dizeres de Luan, vergonha do passado em que vários escravos foram perseguidos e mortos. E continuou sua fala, dizendo que, para muitos, a explicação de não se identificarem como quilombolas é pelo fato de não existir vestígios na comunidade, nada que lembre um quilombo como: senzalas, ou nenhuma ferramenta que faça menção às memórias dos escravos. Quando encontrei com o antigo líder da associação da comunidade Francisco de Paula Victor, suas palavras conferem com o relato de Luan quando destacou que ouvira muitas histórias de seus pais e avós, mas que hoje nada restou, além da igreja e das comemorações da Nossa Senhora do Rosário, indícios dos escravos que ali estiveram. Estes relatos são comprovados também por Leite (2000) quando afirmou que a identidade negra está enraizada aos conceitos de submissão, Barros (2007) também afirma que a configuração de quilombo como abrigo ou lugar de escravos fugidos como na era colonial, permanece na cultura da atualidade.

Como consta nos caminhos metodológicos, chegamos ao conhecimento pela visita à Casa da Cultura e por alguns relatos de pessoas consultadas e pelo historiador Paulo Costa Campos de que, todo acervo histórico referente ao quilombo e escravos oriundos das terras trespassadas teriam se perdido em um incêndio infundado. Porém, os estudos de Martins

(2018) e Campos (2004) comprovam que os primeiros moradores do território da cidade de Três Pontas foram os escravizados que se agruparam no Quilombo Nossa Senhora do Rosário e o Quilombo do Cascalho que não sobreviveu aos ataques das expedições colonialistas que aniquilaram muitos quilombos no Estado de Minas Gerais.

Como evidência da presença dos negros mesmo antes da cidade ser considerada município, é a presença da Nossa Senhora do Rosário nas dependências das terras quilombolas como padroeira da igreja e hoje é o maior patrimônio dos moradores do quilombo e também da cidade de Três Pontas. Como apontado por Brandão (1981), Nossa Senhora do Rosário é uma representação dos santos de devoção dos negros desde a época do sistema escravista.

Além do incêndio que queimou o acervo da comunidade e feriu também a própria história da cidade, a memória dos quilombolas é negligenciada por não pertencer ao menos nos currículos das escolas da cidade e nem é tema de aulas que promovam a história da comunidade, como nos relatou Luan.

Para exemplificar tal fato Luan afirmou que, quando teve interesse de aprofundar o seu aprendizado sobre o histórico do quilombo e de seus antepassados foi por caminhos e pesquisas próprias.

Sobre este histórico, Martins (2018) e Campos (2004) comprovaram que o quilombo Nossa Senhora do Rosário é um dos poucos quilombos que resistiu aos ataques das tropas coloniais do século dezessete.

Embora a comunidade não reproduza os ensinamentos de seus antepassados, perguntei se foi na escola que Luan aprendeu sobre a história de sua comunidade? Relatou que não foi na escola onde aprendeu sobre esse histórico. Disse que pesquisou individualmente sobre seus ancestrais, porque segundo ele, para muitos é um fato vergonhoso,

Igual eu acho que cheguei até comentar com você; salve engano, que para eu descobrir, eu tive que ir na biblioteca municipal. Eu fiz várias pesquisas dentro do Público Mineiro para eu poder entender porque que era vergonhoso para, né, falar eu sou do Quilombo, eu sou de terra de onde foi mortos vários escravos (ELIAS, 2020).

A fala acima chama atenção, pois quando Luan fala sobre a falta de incentivo em promover as memórias do quilombo se expressa com voz altiva e com certo incômodo com esse fato. Sua fala ganha tom mais grave e percebe-se um sentimento de repúdio que sente ao dizer que não se aprende sobre a história de sua comunidade nas escolas do município, apesar da LEI N°10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003, que foi alterada para lei 11.605 DE

MARÇO DE 2008 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a realidade educacional e curricular, principalmente em educação quilombola, é um apagamento do histórico dos negros no Brasil. Resultado semelhante é apontado por Munanga (2015) que reconhece a importância do ensino da história da África, destacando que na contramão da globalização que arrasta todos para o mesmo fosso, o mundo discute sobre a preservação da diversidade.

Logo adiante, a conversa foi sobre a trajetória educacional Luan respondeu que o ensino Fundamental até a quarta série, que hoje corresponde ao quinto ano, ele frequentou a escola que fica dentro da comunidade. Do sexto ano ao nono, concluiu na escola que fica a dois quilômetros de distância da comunidade. Já o ensino médio concluiu na zona urbana, que fica a 15 quilômetros da comunidade. Disse ter frequentado até o ensino médio somente escolas públicas. Também relatou que na escola de ensino fundamental da comunidade foi onde toda a sua família estudou.

Sobre esta questão Luan descreveu que a maioria dos adultos do quilombo, concluíram até a quarta série. Sobre esta afirmação, constatei através do site da prefeitura municipal de Três Pontas que a Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu, que está localizada no quilombo, foi criada em 07 de março de 1967, mas foi somente em 1978 que a instituição foi autorizada para funcionamento. (PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS, 1967). Desta forma concluímos que pouco mais de quatro décadas há o acesso à educação básica no quilombo, constatando o histórico da dificuldade enfrentada por gerações de negros.

Perguntado sobre a realidade educacional dos moradores adultos e mais velhos, Luan conta que antigamente o acesso era mais precário, e hoje ainda existe um ônibus da prefeitura que transporta os estudantes para as escolas fora da comunidade quilombola, o que não era realidade nos tempos em que seus pais e outros moradores estudaram.

Assim sendo, os moradores do quilombo que optam por continuar os estudos no ensino médio, tem que enfrentar 15 quilômetros de estrada de terra que inicia já na saída do quilombo e se arrasta até a entrada da cidade entre pés-de-café, canaviais, pastagens e poeira, sem mencionar os dias de chuvas, fica cheia de lama.

A realidade educacional de uma comunidade rural quilombola é diferente das instituições urbanas. Por consequência, os alunos quilombolas inseridos em outros contextos sociais e educacionais podem sofrer por algum tipo de ato preconceituoso, por esta razão,

perguntei ao Luan se em algum momento em sua trajetória educacional sofreu alguma situação pela sua identidade.

Sobre esta questão, ressaltou que não havia um racismo, mas certa indução pelo fato de serem da zona rural, como vemos em suas palavras:

Um certo distanciamento não tinha mas sempre a piada né, mas sempre piadinha da zona rural, né! Mas, eu lembro uma vez na sala de aula e aí a gente estava na sala e o menino falou assim: atenção da zona rural aí? A professora de biologia, eu lembro direitinho chama Andreia, ela virou e falou assim: você come arroz, feijão? Então você tem que dar graças a Deus que existe, entre aspas, o rural que você tá falando isso porque se não existisse o rural não tinha nada disso (ELIAS, 2020)

Quando evidenciou este fato, senti que foi um acontecimento marcante, porque se lembrou de todos os detalhes, da intervenção da professora, da expressão do(s) aluno (s) envolvido (s). Tendo em vista que em suas menções disse não se tratar de um preconceito, mas de piadas, podemos ver que há um (pré)conceito no fato. As práticas de preconceito estão várias expressões que induzem uma violência psicológica silenciosa, que muitas vezes passam despercebidas, mas inflamam a sociedade de pessoas intolerantes.

Ainda sobre esta questão quando conversávamos, disse que dava graças a Deus por morar em uma cidade em que as pessoas são muito pacatas e amáveis e que acreditava que por isso não sofreu maiores acontecimentos por sua condição cultural, social e racial. Nesta fala Luan disse morar em um lugar pacato e que não sofreu maiores acontecimentos, mas também não negou dando exemplo do fato citado acima. Quando conversamos disse que era o que lembrava naquele momento.

Pelo presente apresentado, podemos compreender as ações dos estudantes como uma forma de entender que há uma lacuna sobre o entendimento da importância da história cultural afro-brasileira e também da história da cidade que não é evidenciada.

Assim sendo, quando continuamos nossa conversa, deixei Luan à vontade com esta indagação: Conte-me a sua história?! Primeiramente um forte suspiro e assim empreendeu as suas palavras, dizendo:

Eu venho de uma família muito, muito simples, uma família muito pobre né. Então nós passamos por muitas dificuldades. Eles já chegaram a construir uma casa para nós dentro da comunidade, o pessoal da comunidade que construiu. Pessoal da comunidade sempre que podia doava alimento (ELIAS, 2020)

De início, percebo em suas palavras expressões e uma mistura de sentimentos. Parece-me que há um nó em sua garganta quando relembra esta fase difícil de sua vida. Estas amarras vão se desfazendo ao longo da conversa. Mas, continuou e foi contando com muita simplicidade toda a sua história de vida e sua trajetória educacional. Embora firme em todas as provocações para aproveitar todo o conteúdo da conversa, cada palavra, cada relato do Luan, cada momento que via a emoção em suas palavras percebi que verdadeiramente estava no caminho certo. Eu ouvia e enxergava a luta de um sujeito que tinha todas as possibilidades de desistir, mas o seu pensamento coletivo o fez seguir em frente.

Como há exemplo de muitas famílias com uma vida socioeconomicamente simples, Luan começou a trabalhar com o pai entre os 12 e 13 anos, em horário oposto da escola. Seu pai sempre colocou a escola como prioridade.

Falante, desenvolto, começou a participar de movimentos sociais e públicos em janeiro de 2006, no coral das crianças. Posteriormente, passou pela liturgia e catequese em 2009.

Em 2011, começou a trabalhar como office boy aos 16 anos. Em 2012 assumiu os trabalhos do Conselho Pastoral Comunitário e atua até os dias atuais. Do ano 2013 a 2019 trabalhou em algumas empresas, incluindo correspondentes de banco, para então em agosto de 2020 se dedicar a candidatura à vereador.

Luan adotou o nome de “Luan do Quilombo”, segundo ele, como forma que encontrou para homenagear a sua comunidade que tanto lhe estendeu a mão quando sua família passou por dificuldades na sua infância.

Em 2016, foi candidato a vereador, tornando-se suplente com 432 votos. No dia 15 de novembro de 2020, Luan alcança seu objetivo, com 826 votos e consegue uma cadeira no Legislativo, prometendo honrar toda população trespontana e também o Quilombo. Em sua página oficial, dentre as principais propostas, Luan destaca algumas específicas ao quilombo que são pelo incentivo do turismo cultural e religioso, incentivo à agricultura familiar, fazendo parceria com órgãos específicos e incentivar associações.

Hoje, aos 25 anos, recém-eleito para uma cadeira no Legislativo, Luan terá a chance de iniciar sua jornada para representar a sua comunidade de quem já carrega o nome, e sobre sua ascensão social destacou “Vamos conquistando nossos espaços aos poucos (ELIAS,2020)”.

Luan afirmou que sua entrada na política foi para representar a classe dos menos favorecidos e ter a chance de fazer mais pelo seu povo. Disse que não pensava em se envolver politicamente, mas que um dia ao assistir uma missa com o Papa Francisco, o ouviu dizer que

por meio da política podemos fazer a maior das caridades e se motivou a viver esta experiência para elevar suas chances de fazer algo pela comunidade e pelo seu povo.

### 3. 2 Educação Superior: a inclusão em questão

Este momento da discussão é de suma importância para compreender não só a inclusão no ensino superior, mas os percursos, as experiências e os desafios encontrados em toda a trajetória educacional. Quando se encontra um quilombola que atingiu o nível superior é muito significativo, visto que é uma amostra de uma quebra do ciclo de gerações inteiras vindas desprovidas de oportunidades educacionais. É a esperança de ver estes sujeitos e a população negra em geral ocupando espaços que antes só eram vistos ocupados pelos brancos.

O relato até aqui evidenciado por Luan levanta evidências das dificuldades enfrentadas em trajetória educacional, desde o ensino básico até a inclusão no ensino superior. Nesta mesma perspectiva, notamos que estas impossibilidades se estendem a seus pais e demais moradores do quilombo que tiveram as mesmas trajetórias, porém os mesmos não tiveram a oportunidade de seguir com seus estudos, além do ensino básico oferecido pela comunidade. No entanto, a trajetória do Luan foi fundamental para esta reflexão sobre a realidade dos estudantes quilombolas do Quilombo Nossa Senhora do Rosário. Assim sendo, busca-se responder sobre a inclusão dos estudantes quilombolas no ensino superior, e quais os desafios de suas trajetórias?

Como narrado por Luan, sua trajetória no ensino básico foi marcada por muitos desafios. Contar sobre a trajetória educacional, é contar também a trajetória pessoal, pois não há como desvincular uma de outra. Luan contou que da infância pobre, lembra que sua família teve ajuda até para a alimentação. Hoje em dia há vários programas sociais que beneficiam famílias de baixa renda, o que não era realidade há alguns anos.

Embora os moradores tenham a dificuldade da distância para cursar além do ensino básico a escola que se encontra na comunidade é bem estruturada, mantida pela administração municipal. Quando relatou sobre o ensino nesta escola, disse que o problema era justamente a falta de incentivo em colocar a história do quilombo na grade curricular.

Na continuidade com seu relato, Luan declarou ter sido aluno de escola pública até a conclusão do ensino médio no ano de 2012. Como já citado, para os moradores do quilombo concluir o ensino fundamental II e o ensino médio, os estudantes têm que enfrentar uma rotina diária de idas e vindas do quilombo até a escola onde o ensino é oferecido. Esta foi a trajetória educacional do Luan que almejou continuar os estudos que, em suas palavras, não podemos



ficar estagnados ao estilo Gabriela “eu cresci assim, eu vivi assim, vou morrer assim (ELIAS, 2020). Assim que encerrou o ensino médio, iniciou Licenciatura em Geografia à Distância no ano de 2013, em uma instituição particular.

Em suma, descreveu que para a realidade do quilombo, que é localizado a quilômetros do centro de Três Pontas, afirmou que a distância, principalmente em período noturno, é um desafio para quem almeja uma graduação e reforçou que a educação à distância ajudou muito, porque além de ter um custo mais acessível, os estudantes não necessitam se locomover diariamente para terem acesso às aulas.

O tão sonhado acesso a uma instituição de ensino superior vem de encontro às condições financeiras. Podemos constatar nas falas de Luan que, além disso, há outras questões como tempo, acessibilidade, transporte, distância. Neste sentido, retomo como exemplo a pesquisa apresentada por Ferreira (2019), estes sujeitos estão inseridos em cursos almejados ou de maior expressividade?

Na cidade de Três Pontas, segundo relatou Luan, não há universidades federais, portanto, as instituições de ensino privado e principalmente na modalidade à distância<sup>5</sup> é a opção mais acessível para aqueles que desejam uma formação e não conseguem acesso ou permanência no ensino superior.

Nesta parte da conversa, como já citado acima, o que chama a atenção é que pelas dificuldades e pela realidade do quilombo, o que pode conferir é que o fato de ser esta a melhor possibilidade de acesso ao ensino superior, o Luan optou primeiramente por se inserir em um curso à distância que tinha melhor flexibilidade e acessibilidade, mas resolveu mudar de curso pois entendeu que sua realização profissional iria se concretizar em outra formação. Luan começou a estudar no curso de Geografia e formou-se em Administração.

Como relatou ter se inserido em uma instituição particular, perguntei se foi beneficiado por alguma política de acesso educacional, ele respondeu: “Não fui nenhum beneficiário do PROUNI, nem FIES e nem cotista. (ELIAS, 2020)”.

Segundo Silva e Santos (2017), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) consiste em um apoio que irá subsidiar os estudos em uma Instituição de Ensino Superior, podendo este financiamento ser dividido em menores parcelas com um tempo maior para pagar as mensalidades. Já o sistema do Programa Universidade para Todos (PROUNI), oferece uma

---

<sup>5</sup> A Educação à Distância (EAD) foi regulamentada no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A partir disso, ganhou grande espaço nas instituições privadas e também no meio educacional público. Em 2017 foi novamente regulamentada através do DECRETO Nº 9.057 de 2017.

oportunidade às pessoas de baixa renda, podendo concorrer a bolsas parciais ou integrais em cursos de graduação em Instituições Privadas de Ensino Superior.

Conforme acima citado sobre as políticas públicas educacionais de inclusão, Luan relatou que não foi beneficiário e custeou pelos próprios estudos trabalhando sempre em contraturno das aulas, mas conviveu com muitos colegas de sala que usufruíram destes programas. Afirmou que, cerca de 50 a 55% dos alunos do seu curso foram usuários do FIES e de 3 a 5% do PROUNI. Estes dados não foram encontrados em pesquisas feitas no site da prefeitura de Três Pontas, site do governo sobre estudantes do ensino superior e/ou nenhuma publicação. Perguntado sobre como chegou a estes dados, Luan disse ter participado como representante dos alunos e atuado diretamente com esta causa quando a instituição ficou um período sem receber o repasse do governo referente as bolsas dos alunos beneficiários dos programas.

Desse modo, Luan refletiu que, de modo geral, em sua opinião, as políticas de acesso contribuíram para que muitos alunos tivessem oportunidade de entrar em uma faculdade independente de classe social. Assim também afirmou da importância das políticas sociais na transformação da vida dos menos favorecidos, não só em campos educacionais, e que o negro, o pobre teve a oportunidade de ir para a faculdade, comprar sua casa própria, carro, coisa que; segundo ele, era muito difícil. Falou que, graças a Deus teve oportunidade de pagar pelo seu curso, mas que não é a realidade de muitos.

Afirmou que mesmo não sendo beneficiário de nenhum programa educacional, usou dos programas de financiamento para comprar a casa onde atualmente mora com sua irmã. Disse ser inteiramente agradecido ao governo que criou as políticas sociais que olhou para os pobres, que enxergou a necessidade de ajudar a população que são socioeconomicamente mais necessitadas e completou: “tiraram as pessoas do desemprego, tiraram as pessoas do analfabetismo, ajudaram as pessoas de baixa renda (ELIAS,2020)”.

Entretanto, Luan em 2013 trancou a faculdade de Geografia, pois concluiu não ser o curso almejado. Ao passar por uma experiência de um processo seletivo para trabalhar na área de finanças, mudou em 2014 para o curso de Administração, em modalidade presencial, e continuou custeando o seu ensino superior. Formou-se em dezembro 2017. Quando relatou sobre esta experiência, disse que se inseriu em Licenciatura porque ama a educação, mas no decorrer do curso e com a mudança de emprego e passando por novas experiências, encontrou-se na área da Administração.

Retomo o fato de que Luan trocou de curso ao perceber não se adaptar à área de ingresso, ao contrário de muitos estudantes que permanecem em cursos, mesmo sem

afinidade, com o sentimento de não ter outra oportunidade de inserção na educação superior. A falta de oportunidade expõe uma realidade de um passado ainda presente de desigualdade social e educacional.

Perguntado sobre sua permanência na comunidade, respondeu que a rotina de trabalho e a faculdade dificultou, mas que visita periodicamente o lugar onde criou suas raízes.

A narrativa de Luan quanto às dificuldades enfrentadas durante sua trajetória educacional exhibe um implicador existente nesse contexto, de que para alcançar ascensão social por vias educacionais, muitas vezes sair da comunidade não é uma alternativa e sim um fator determinante para o sucesso ou o insucesso do quilombola em sua trajetória educacional em campos universitários.

Deste modo, reforço a reflexão sobre a importância do reconhecimento da identidade quilombola e a história da educação de sua comunidade. A representatividade desse grupo e/ou sujeitos só será evidenciada a partir do momento em que os mesmos evidenciem suas origens, cultive suas raízes e reforce sua identidade em todos os espaços. Mas, o agravante é o apagamento destes sujeitos históricos e suas memórias, como foi explicitado pelo estudante que o conhecimento do histórico do quilombo não se dá pelo processo de ensino e aprendizagem, não é tema inserido na grade curricular, o que mostra um retrocesso vivido entre as gerações do Quilombo Nossa Senhora do Rosário, como afirmou Luan que falar de quilombo é tocar nas feridas ainda abertas. Apoiado em parte do referencial teórico Leite (1999) chamou de folclorização a arma que ensurdece os afrodescendentes e que distorce a identidade quilombola pelo apagamento das memórias e da invisibilidade dos sujeitos.

Este caminho percorrido por Luan demonstra também um outro cenário da atualidade que a procura por oferta de cursos de graduação, com maior acessibilidade e menor custo, mudou a imagem da educação brasileira nos últimos anos, principalmente no ensino superior.

Em contrapartida, temos as políticas de acesso que amparam o acesso da população negra e, em especial, à população quilombola, em espaços acadêmicos públicos, porém as políticas públicas ainda carecem de reparos para oportunizar o acesso mais ampliado para estes sujeitos.

Para demonstrar melhor esta realidade, durante o levantamento da pesquisa, visitando o quilombo e a procura pelos estudantes quilombolas obtive o nome e contato de cinco pessoas. Mas, conforme já relatado, o Luan foi nosso único sujeito entrevistado. Cheguei a conversar com uma estudante que atualmente está inserida em uma instituição privada, em outra cidade em um curso na área de ciências humanas. Quando respondeu às minhas mensagens, disse não morar mais no quilombo e por isso não se identificava como sujeito da pesquisa, ou seja,

quilombola. As palavras da estudante nos fazem refletir sobre a questão, do distanciamento ou a negação da identidade e a proximidade ou o reconhecimento da cultura branca em prol de uma ascensão social.

Para obter mais informações dos demais estudantes quilombolas, perguntei para o Luan quantos ele conhece que conseguiram ingressar no ensino superior.

Neste sentido, afirmou que conhece que mais ou menos entre trinta a quarenta pessoas, e/ou estudantes quilombolas se matricularam em uma instituição de ensino superior. Quando perguntei se todos que ele conhecia fizeram ou estão fazendo graduação em instituição pública ou privada, ele me disse que, a maioria ou quase todos são inseridos no ensino privado e no ensino EAD. Ao rever o vídeo da gravação da entrevista, resolvi enviar mensagem para que ele reafirmasse tal informação e ele confirmou.

O intuito da pesquisa foi em demonstrar a inserção dos quilombolas por meio de suas vivências, sem tratar especificamente da inserção em instituições de educação superior.

Mas, para fins de demonstração dos quilombolas que conseguiram se inserir em instituições públicas, perguntei, Luan, quantos você conhece nascidos do quilombo que está inserido ou fez uma graduação em uma Instituição Federal Pública? Ele pensou..., e disse “Eu conheço só uma pessoa (ELIAS, 2020)”. Esta pessoa já é formada e a família tinha condições para manter o filho em outra cidade, relatou!

Podemos perceber as várias especificidades e dificuldades enfrentadas pelos quilombolas para além da inserção em um ensino superior.

Em janeiro de 2020, quando estive no quilombo e conheci o PSF (Programa de Saúde da Família), que atende a comunidade, em conversa com a enfermeira, ela informou que dentro das dependências do quilombo e adjacências estão cadastradas 1.500 pessoas. Dados estes confirmados por Luan, que acrescentou ter dentro da comunidade cerca de 210 residências e aproximadamente 750 eleitores.

Pelo exposto, se levarmos em consideração a população atual da comunidade, ressaltando que esta pesquisa não tem intuito quantitativo, que não foram encontrados dados publicados, o que percebemos com nossos levantamentos e pelo relato do estudante Luan é que, levando em consideração o número atual de habitantes do quilombo, somente dois ou três por cento de toda população tiveram acesso ao ensino superior, mesmo este ensino sendo em instituição particular. No que diz respeito ao acesso às instituições de nível superior público e gratuito, este número cai drasticamente para expressivos menos de meio por cento de quilombolas que tiveram acesso a uma universidade federal.

Para tanto, reforço que este estudo não se trata de um estudo quantitativo, nem tampouco tem a intenção de mostrar dados. Também não demonstra a pesquisa materiais referentes à permanência, evasão e/ou modelo de curso e sim a intencionalidade é sobre uma perspectiva da inserção do grupo de estudantes quilombolas no ensino superior, a partir de um estudo de caso.

Porém, as dificuldades enfrentadas por Luan desde a sua infância, a inserção no trabalho precoce para ajudar os pais, a adolescência de desafios para concluir o ensino médio na escola a 15 quilômetros da comunidade e o custeio do próprio curso superior, só vem constatar os traços históricos, na raça e na identidade as digitais de um país e suas desigualdades.

Apesar de enxergarmos o exemplo do Luan e dos outros trinta ou quarenta estudantes quilombolas uma esperança a partir daqueles que já estão modificando as suas realidades e a realidade de sua comunidade, contudo, o distanciamento entre a identidade e a representatividade quilombola em espaços acadêmicos aqui apresentados é uma tentativa de considerar esse estudo de caso como projeto para futuras investigações que merecem mais aprofundamentos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos de determinados processos de desigualdades e de diversidade caminham juntos no que diz a respeito à exclusão de sujeitos. O que assistimos no histórico da população negra e na atualidade é um discurso de democracia social e racial, mas que no fundo não se aplica a todos os sujeitos.

Portanto, o direito à educação deve estar ao alcance de todos mediante a oportunidade de formação e transformação dos sujeitos, pois em ambientes escolares e universitários o que destacam são as produções de saberes, de valores, de respeito à diversidade e principalmente lugar que se induz a sermos sujeitos mais respeitosos e empáticos.

No entanto, este trabalho vem demonstrar que no que diz a respeito a investigar sobre os quilombolas, aqueles que contribuíram para a formação da população brasileira, a temática étnico-racial é o que salta aos olhos e a grande problemática, pois falar de negro e sobre as histórias de negro ainda hoje é fruto de muitos obstáculos.

Nesta perspectiva, o estudo nos apontou para este sinal de desafio com o tratado histórico negro quando foi investigado sobre o conceito e a formação de quilombo que, na concepção popular, os quilombos desapareceram juntamente com o sistema escravista. Esta visão fantasiosa comprometeu e afeta os sujeitos históricos descendentes de escravizados que desejam uma verdadeira inserção social.

No entanto, em todos os contextos vemos os desafios encontrados por estes sujeitos que retratam um histórico de impossibilidades à população negra. As maiores dificuldades encontradas por estes sujeitos históricos é o direito à educação e o equilíbrio de oportunidades.

Neste sentido, os poucos estudos encontrados apontam para um índice muito tímido de quilombolas que ingressaram no ensino superior, colocando em evidência os problemas que afetam suas realidades.

Também é plausível dizer que, a inserção dos quilombolas do Quilombo Nossa Senhora do Rosário, relatados por Luan, encontram-se em sua maioria na educação de ensino particular e à distância. Diante disso, ainda sustentam certos questionamentos, como por exemplo, se estão em curso almejado? As dificuldades de permanência no curso? Os desafios de permanecer na comunidade para cursar o ensino superior? As dificuldades de custear o ensino superior? Entre outras...

O que foi verificado é que os estudantes quilombolas já têm em seu percurso estratégias de enfrentamento para lidar com as impossibilidades que os acometem, como foi

aludido, houve exemplo de negação de identidade, processo de reorganização, a exemplo de Luan que mudou para a zona urbana da cidade e o estudante que estudou em outro município e também a organização de renda, como foi afirmado por nosso sujeito que quase todos estudam ou estudaram em instituições particulares.

Em relação à representatividade, o que foi verificado é que os sujeitos nascidos no quilombo não têm uma formação ligada aos seus antepassados, portanto alguns aos quais tive contato não aceitou fazer parte da pesquisa por não se identificar como sendo descendente de escravizados e por isso não se declaram como quilombolas.

Sobre este aspecto, um dos motivos apontados no estudo, a partir dos dados coletados na entrevista de Luan e pelo relato da trajetória e vivências de nosso sujeito, este processo se inicia primeiramente pelo desvio de reconhecimento do histórico de seus ancestrais e posteriormente pela falta de promoção da identidade e da representatividade de seus descendentes que os mantêm invisíveis socialmente e reproduz esta falta de identidade.

O estudo também apontou que a trajetória e as dificuldades enfrentadas pelos quilombolas para um sucesso educacional são diversas, desde a realidade da comunidade, o caminho percorrido até o custeio da educação superior.

Juntamente com estas palavras de ordem, como direito, oportunidade, é inevitável que venha à memória inúmeras histórias de luta de negros em todos os cantos e contextos que carregam consigo o peso da sua cor em uma sociedade que apesar de séculos de organização social ainda não chegou a um ponto de equilíbrio entre as raças.

Por isso, a história e trajetória de Luan, quilombola, filho de agricultor e pertencente às camadas populares demonstra o histórico da educação brasileira e a desigualdade de oportunidades. Seu relato é um espelho de muitas e outras tantas não contadas, escondidas e apagadas em muitos quilombos pelo Brasil.

Porém, cabe salientar que este estudo também demonstrou a necessidade de mais discussões e reflexões acerca desta temática, visto que a amplitude dos grupos de quilombolas e os estudos que tratam da questão são ainda muito tímidas.

Dessa maneira, considera-se que as escolas possam promover o reconhecimento da história da população negra, por meio do ensino da história da África e a cultura afro-brasileira e indígena, que a sociedade possa cada vez mais cobrar por um tratamento igualitário de oportunidades de inserção a espaços de ensino superior e que as práticas coletivas induzam a uma educação pela promoção das culturas, das identidades, das práticas de cidadania e do respeito aos direitos de todos como cidadãos.

## 5 REFERÊNCIAS

AFONSO, N. Dia da consciência negra: números expõem desigualdade racial no Brasil. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>. Acesso em 01 jun. 2020.

AZEVEDO, M. L. N. de. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 129-150, 2013. ISSN 1414-4077.

BARROS, E. P. de. **Quilombo ou Kilombo?** 2007. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/trabalhos-academicos-de-antropologia/1293864>. Acesso em: jun 2020.

BARROS, R. Menos de 5% dos brasileiros filhos de pais que nunca foram à escola concluem o ensino superior. **Revista de Educação**, Rio de Janeiro, 31 jan. 2018. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2018/01/31/menos-de-5-dos-brasileiros-filhos-de-pais-que-nunca-foram-escola-concluem-ensino-superior/> /. Acesso em: out. 2018.

BRANDÃO, C. R. **A festa do santo de preto**. Campinas: Fundação Pró Memória - FUNARTE, 1981. 99 p. Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2019/02/A-FESTA-DO-SANTO-DE-PRETO-rosa-dos-ventos.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2021.

BRITO, D.; LIMA, F. **Caminhos da reportagem | Ecos da Escravidão**. Brasília, DF, 1 vídeo (54:30). Publicado pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC), TVbrasil, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xR549adx5Go&list=PLTFXa4UuP3x6WT8huaQrAOslGm3W9fZLI>. Data de acesso: 03 junho 2019.

CAMPOS, P. C. **Dicionário histórico e geográfico de Três Pontas**. [S.l.: s.n.], 2004.

CARVALHO, J. J. de. *et al.* Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e Encontro de saberes. **Sociedade e estado**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 135-162, 2020.

CUSTODIO, E. S.; FOSTER, E. L. S. da. Educação escolar quilombola no Brasil: uma análise sobre os materiais didáticos produzidos pelos sistemas estaduais de ensino. **Educar Revista**, Curitiba, v. 35, n. 74, p. 193-211, 2019.

ELIAS, L. D. Representatividade quilombola e Universidade: a inclusão em questão. [Entrevista concedida a Marília Eduardo da Silva]. Universidade Federal de Lavras, jun. 2020.

FERREIRA, L. S. **Novas possibilidades para se pensar o desenvolvimento (in)sustentável: acesso e permanência de mulheres negras em cursos de graduação da Universidade Federal de Lavras (UFLA)**. 124f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.



FLORENTINO, M.; AMANTINO, M. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 259-297, 2012. Suplemento.

FREYRE, G. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979. 192p.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quilombos ainda existem no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=3041&lang=es#>. Acesso em: 29 jan. 2021.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 202 p. (Estudos Latino-americano, v. 12).

GARCIA, M. F. **Número de analfabetos no Brasil é 3 vezes a população do Uruguai**. São Paulo: Observatório do Terceiro Setor, 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/numero-de-analfabetos-no-brasil-e-3-vezes-a-populacao-do-uruguai/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GOMES, N. L.; RODRIGUES, T. C. Resistência democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 928-945, 2018.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEITE, I. B. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 123-149, 1999.

LOPES, H. T.; SIQUEIRA, J. J.; NASCIMENTO, B. Negro e cultura negra no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

MARTINS, T. J. **Quilombo do Campo Grande e triângulo mineiro: histórias roubadas do povo: parte I e II**. Mark Gerald Martins (prod.) no VI Festival de Arte e Cultura “200 anos de Aleijadinho”. Araxá: CEFET, 2015. 2 vídeos: 1(48:17), 2 (45:27). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P0Z87tJ8Bss>. Acesso em: 25 out. 2019.

MUNANGA, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, Niterói, v. 12, p. 343-347, 2010.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996.

MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009. 112p.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 152p.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiaspora**, Rio de Janeiro, v.3, n. 6 - 7, p.40-49, 1985.

XIMENES NETO, F. R. G. et al. Estudo etnobotânico de plantas medicinais utilizadas pela comunidade do Sisal no município de Catu, Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v. 16, n. 4, p. 856-865, out./dez. 2014.

NOGUEIRA, L. R. O livro tombo como valor histórico e administrativo. *Revista Paróquias*, 2019. Disponível em: <https://paroquias.com.br/a-importancia-do-livro-tombo-para-a-administracao-da-sua-paroquia>. Acesso em: ago. 2020.

PONSO, L. C. Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. **Trabalhos em linguística aplicada**, Campinas, v. 57, n. 3, p. 1512-1533, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu: histórico. Três Pontas, 1967. Disponível em: <https://www.trespontas.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/escola-municipal-centro-social--professor-manoel-jacinto-de-abreu/7189>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SALVADOR, BAHIA, BRASIL. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. **Religião católica, com atabaques do candomblé**: uma igreja peculiar: além de linha, um arcabouço histórico. 2021. Disponível em: <https://www.salvordabahia.com/experiencias/igreja-nossa-senhora-do-rosario-dos-pretos/>. Data de acesso: 08 de janeiro 2021.

SANTOS, D. J. S. *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press J. Orthod.*, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, June 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-94512010000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-94512010000300015&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S2176-94512010000300015>.

SARMENTO, M. J. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, N. *et al.* (Org.). **Itinerários de Pesquisa - perspectivas qualitativas em sociologia da educação (137 - 179)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 42p.

SILVA, J. B. R. da. **Insurgências em Angola**: resistências ao colonialismo e ao imperialismo (1897-1917). Itajaí: Casa Aberta, 2012. 174p.

SILVA, J. B. R. da. **Um filho de Lavras**: memórias, vivências e experiências: capitão Bento Rezende da Silva: (1919-2007). Itajaí: Casa Aberta, 2010. 280 p.

SIQUEIRA, S. M. C. *et al.* Atividades extensionistas, promoção da saúde e desenvolvimento sustentável: experiência de um grupo de pesquisa em enfermagem. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, e 20170021, 2017.

SOUSA, L. M. de. *et al.* Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 987-992, 2013.

SOUSA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 49p.

TELLES, H.; SILVA, A. L. A. da.; BASTOS, C. Programa mais médicos do Brasil: a centralidade da relação médico-usuário para a satisfação com o programa. **Caderno CRH**, Salvador. v. 32, n. 85, p. 101-123, 2019.

VARGA, I. V. D.; CARDOSO, R. L. S. Controle da hipertensão arterial sistêmica na população negra no Maranhão: problemas e desafios. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 664-671, 2016.

VEIGA, C. G. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma intervenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13. n. 39, p. 502-516, 2008.

WAUTIER, A. M. Do ator ao sujeito ainda existe um lugar para uma ação coletiva pelo trabalho? **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, v. 16, n. 63, p. 35-56, 2001.

**6 ANEXOS****CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

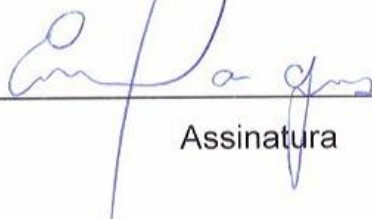
Eu, Ederson Gustavo Cesario Malaquias, CPF; 05617930699 natural do Quilombo Nossa Senhora do Rosário e/ou da cidade de Três Pontas, MG, tenho ciência e autorizo a menção do meu nome na pesquisa intitulada **REPRESENTATIVIDADE QUILOMBOLA E UNIVERSIDADE: a inclusão em questão**, responsabilizada pela pesquisadora Marília Eduardo da Silva e orientada pelo Doutor e professor Vanderlei Barbosa.

Para isto, foram disponibilizados a pesquisadora uso do espaço físico, entrevistas, análise de documentos e observação direta.

Data 15/03/2021

Ederson Gustavo Cesario Malaquias

Nome



Assinatura

## CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Luan Donizeti Elias, natural do Quilombo Nossa Senhora do Rosário e/ou da cidade de Três Pontas, MG, tenho ciência e autorizo a menção do meu nome na pesquisa intitulada **REPRESENTATIVIDADE QUILOMBOLA E UNIVERSIDADE: a inclusão em questão**, responsabilizada pela pesquisadora Marília Eduardo da Silva e orientada pelo Doutor e professor Vanderlei Barbosa.

Para isto, foram disponibilizados a pesquisadora uso do espaço físico, entrevistas, análise de documentos e observação direta.

Três Pontas, 20/03/2021



---

Luan Donizeti Elias

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Tiago Henrique da Silva, natural do Quilombo Nossa Senhora do Rosário e/ou da cidade de Três Pontas, MG, tenho ciência e autorizo a menção do meu nome na pesquisa intitulada **REPRESENTATIVIDADE QUILOMBOLA E UNIVERSIDADE: a inclusão em questão**, responsabilizada pela pesquisadora Marília Eduardo da Silva e orientada pelo Doutor e professor Vanderlei Barbosa.

Para isto, foram disponibilizados a pesquisadora uso do espaço físico, entrevistas, análise de documentos e observação direta.

Três Pontas Data 15 / 03 / 2021

Tiago Henrique da Silva  
Nome

[Assinatura]  
Assinatura

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, Paulo Costa Campos, natural do Quilombo Nossa Senhora do Rosário e/ou da cidade de Três Pontas, MG, tenho ciência e autorizo a menção do meu nome na pesquisa intitulada **REPRESENTATIVIDADE QUILOMBOLA E UNIVERSIDADE: a inclusão em questão**, responsabilizada pela pesquisadora Marília Eduardo da Silva e orientada pelo Doutor e professor Vanderlei Barbosa.

Para isto, foram disponibilizados a pesquisadora uso do espaço físico, entrevistas, análise de documentos e observação direta.

T. Paulo Data 15.03.2021

PAULO COSTA CAMPOS

Nome

Paulo Costa Campos

Assinatura